

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
DEZASSEIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO**

--- Aos dezasseis de novembro de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e quinze minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Mário Filipe Soares Rodrigues, estando ainda presentes Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, do PPD/PSD e Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMNM, indicado pelo MPT, como Primeira e Segundo Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Confiança** – Alexandra Raquel Camacho Gouveia Gonçalves (PS), António José Gouveia Gomes (PS), Cristiana Martins de Sousa (BE), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Egídio Paulo Caires Fernandes (BE), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), João Inácio da Silva Abreu (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Manuel Domingos Sebastião (PS), José Rodolfo de Sousa Alves (PRD), Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas (PS), Marta Luísa de Freitas (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Miguel Alexandre Palma Costa (NC), Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS), Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso (BE), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Cristina Sousa Silva (PS). -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Bruno Miguel Barroso Moura Melim, Carlos André Camacho Alves, Duarte Paulo Quintal Pereira, Francisco Ilídio Rebolo de Castro, Helena Maria Pereira Leal, João Paulo Pereira Marques, José Jorge Andrade Camacho, Maria Fernanda Alves pereira Giannotta, Maria Idalina Fernandes da Silva, Raquel João Martins da Silva, Rui Alberto Garanito Santos, Rui Carlos Martins Tem-Tem e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Gonçalo Nuno

Pimenta Camacho e Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado. -----

--- **Grupo Municipal do PTP** – Raquel da Conceição Vieira Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do JPP** – Orlando Manuel Henriques Fernandes. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, do Senhor Vice-presidente Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e dos Senhores Vereadores: Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Bruno Ferreira Martins, João Pedro Mendonça Vieira, Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva, Luís Miguel Rosa e Elias Rodrigues Homem de Gouveia. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão, designada para elaborar a ata desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. José António Freitas Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Duarte Paulo Quintal Pereira. -----

1.2. Luís Miguel Moura de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Maria Fernanda Alves Pereira Giannotta. -----

1.3. Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por José Jorge Andrade Camacho. -----

1.4. Ana Luísa Mota Sousa e Freitas, deputada municipal eleita pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituída, por Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos.

1.5. Bruno Miguel V. Freitas P. Macedo, deputado municipal eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Helena Pereira Leal. -----

1.6. Rubina Vanessa da Silva Rebelo, deputada municipal eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PDR, comunicou a sua ausência, sendo substituída por José Rodolfo de Sousa Alves. -----

1.7. Nicodemo Balona Gouveia Câmara, deputado municipal eleito pela Coligação Confiança, indicado pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituído por João Inácio da Silva Abreu.-----

1.8. Teresa Alexandra Freitas Ramalho, deputada municipal eleita pela Coligação Confiança, indicada pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída por Alexandra Raquel Camacho Gouveia Gonçalves.-----

1.9. Idalina Perestrelo Luís, Vereadora eleita pela Coligação Confiança, comunicou a sua ausência. -----

2. EXPEDIENTE:-----

2.1. O Senhor Major-General Comandante da Zona Militar da Madeira enviou um convite para a Cerimónia de Juramento de Bandeira do 6º CFGCPE-2018 e entrega de Estandarte Nacional ao 8CN/FND/OIR, que se realizou no dia vinte e um de outubro de dois mil e dezoito.-----

2.2. O Senhor Bastonário da ordem dos Advogados Portugueses e o Senhor Presidente do Conselho Regional da Madeira da ordem dos Advogados enviaram um convite para a sessão de abertura das II Jornadas da Comarca da Madeira e um para o encerramento da referida Sessão, que se realizou no dia vinte e dois e vinte e seis de outubro de dois mil e dezoito, respetivamente. -----

2.3. No âmbito do Prémio Infante D. Henrique, a **Câmara Municipal do Funchal** enviou um convite para a Cerimónia de entrega de medalhas aos jovens vencedores, nas categorias de bronze, prata e ouro, que se realizou no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezoito.

2.4. O Senhor Major-General Comandante da Zona Militar da Madeira enviou um convite para a Cerimónia Comemorativa do 100º Aniversário do Armistício da Grande Guerra, que se realizou no dia onze de novembro de dois mil e dezoito. -----

2.5. O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou um convite para a receção oficial à Delegação da Cidade de Kauai, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, que se realizou no dia doze de novembro de dois mil e dezoito. -----

2.6. O Senhor Presidente do Conselho Executivo da AMRAM enviou convite para as XV Jornadas Autárquicas das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia e Cabo Verde, que se realizará no dia vinte e três de novembro de dois mil e dezoito. -----

2.7. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro enviou convite para a Festa do Bolo de Mel Madeirense, que se realizará no dia oito de dezembro de dois mil e dezoito.-----

2.8. A Senhora Vereadora da Câmara Municipal do Funchal, Madalena Nunes, enviou convite para participar na Marcha contra a Violência contra as Mulheres, integrada no programa para o Dia Mundial pela Erradicação da Violência contra as Mulheres, que decorrerá no dia vinte e três de novembro de dois mil e dezoito.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** enunciou as Propostas, Recomendações e Votos apresentados pelos diversos grupos municipais, que abaixo se mencionam: -----

1 – Do Grupo Municipal Confiança (GMC): -----

- Voto de Pesar pelo falecimento do Maestro João Victor Costa.-----

- Voto de Congratulação pelos 20 anos de atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago. -----



- Proposta de Alteração ao nº. 2 do artigo 47º do Regimento da Assembleia Municipal. ----
- Proposta de Alteração ao artigo 28º-A do Regimento da Assembleia Municipal.-----
- Proposta de Resolução: transmissão e arquivo de som e imagem, das Sessões Públicas da Assembleia Municipal do Funchal. -----
- Proposta de Resolução: tarifa social da água para os trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal, com a categoria de Assistente Operacional. -----
- Por lapso dos serviços administrativos da Assembleia Municipal, não foi enviada, atempadamente aos Senhores Deputados, uma Proposta de Resolução, também apresentada por aquele grupo municipal, para excecionar aos emigrantes, a cláusula presente nos diversos regulamentos de Ação Social e Apoio Municipal, referente ao tempo mínimo de residência no município. A apreciação e discussão da proposta não será, por isso, incluída no PAOD, mas sim na próxima Sessão da Assembleia Municipal. -----

2 – Do Grupo Municipal do PPD/PSD:-----

- Voto de Pesar pelo falecimento do Maestro João Victor Costa.-----
- Voto de Protesto: Parques camarários e parquímetros. -----
- Proposta de Recomendação: Programa Municipal de Acompanhamento aos Comerciantes e Agentes Económicos afetados pelas obras na Rua do Bom Jesus e na Rua Dr. Fernão de Ornelas. -----

3 – Do Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU: -----

- Proposta de Resolução – Juventude com direito a Habitação “Programa Municipal de Apoio aos jovens no acesso ao Direito à Casa”. -----
- Proposta de Resolução – Pela imediata suspensão dos processos de atualização de processo / renda.-----
- Proposta de Resolução – Por uma mais alargada aplicação da “Taxa de DERRAMA” no concelho do Funchal. -----

- Informou, ainda o Presidente ter dado entrada no serviço administrativo daquela Assembleia, o pedido de intervenção do público de José António Nunes de Eleutério Santos Camacho. -----

- **INSCRIÇÕES:**-----

- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMC**, declarou que não aceitar a decisão da Mesa por ter sido a Proposta de Resolução enviada dentro dos prazos regulamentares, e solicitar, por isso, a sua inclusão na ordem de trabalhos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, reiterando o que havia dito, a propósito, acrescentou não fazer sentido discutirem uma proposta desconhecida de todos, exceto do GMC. Tal posição suscitou do **Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMC**, o recurso da sua inclusão para plenário.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a inclusão da referida proposta no PAOD, sendo aprovada por maioria a sua inclusão com 17 votos a favor do GMC e 20 abstenções. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, pediu à Mesa a gentileza de distribuir a Proposta de Resolução. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao munícipe José António Nunes que expôs o seu descontentamento, lembrando a exposição feita em que se propunha ao Senhor Presidente da Câmara o alargamento da Vereda do Corgo em Santo António, e que teve como resposta a de que concluída a estrada da Vereda da Freirinha alargariam aquela Vereda. Igualmente prometido foi pelo Senhor Vice-presidente que no Orçamento existiriam quinze por cento para avançar uma parte dessa estrada. -----

A realidade é que, constatou o munícipe, apenas foram feitos pequenos arranjos, deixando-se um acesso pedonal. -----



--- O Senhor Presidente da Assembleia, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** que esclareceu o munícipe sobre as situações aduzidas, dizendo que no momento está a ser efetuada uma nova acessibilidade à zona da Freirinha, cumprindo com toda a tramitação processual e todos os procedimentos que levaram cerca de três anos (elaboração do projeto, contactos com os proprietários para a cedência gratuita dos terrenos, sendo expropriados outros, num processo que se prolongou por mais de nove meses, depois foi feita a cabimentação orçamental, o lançamento da obra e a adjudicação, encontrando-se no momento em fase de conclusão).-----

Esclareceu ainda que aquela obra foi concretizada pelo atual Executivo, porque já havia sido reivindicada desde dois mil e catorze, como aspiração de há mais de vinte anos pelas pessoas daquela zona. -----

Para a estrada pretendida pelo Município, no momento não existe nenhum projeto na Câmara, contudo irão cumprir com aquilo que foi o seu e o compromisso do Executivo, fazendo o projeto para a estrada, passando por trás da fonte que lá existe e indo até ao Caminho do Lombinho, mais a norte daquela estrada que foi desenvolvida na zona da Freirinha. -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **munícipe Eleutério Santos Camacho** que comunicou que irá entregar um abaixo assinado das pessoas que vivem no Bairro de Santa Maria, contra o aumento da renda das casas, comunicada através de uma carta da SocioHabitaFunchal. Sustentou que os arranjos das casas foram efetuados pelos próprios moradores com as suas poupanças ou através de empréstimos, e não pela Câmara. Além disso, aquele Bairro foi doado à Câmara para ser entregue aos moradores, o que nunca veio a acontecer.-----

Depois o Município entregou o abaixo assinado ao Senhor Presidente da Câmara. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia com o consentimento do Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à **Senhora Vereadora Madalena Nunes**, para se pronunciar sobre aquela situação: “Como sabem temos tido bastante cuidado com a gestão da habitação social, aqui na Câmara Municipal do Funchal. Quando nós entrámos em 2013, não havia qualquer regulamentação municipal relativamente às casas que estavam sob a tutela da Câmara Municipal do Funchal e em 2014 esteve em discussão e foi aprovado nesta Casa o Regulamento da Habitação Social da Câmara Municipal do Funchal. Ao longo destes 4 anos temos feito um trabalho junto das populações para as consciencializar de que as pessoas têm direitos, mas também têm deveres e que a habitação social não deve ser uma habitação de má qualidade, mas deve ser também uma habitação responsabilmente gerida por todos nós. -----

Acontece que no mínimo a cada três anos, por lei nacional, quem gere habitação social tem que fazer um levantamento dos moradores e dos rendimentos, para verificar se as casas estão efetivamente entregues a quem foram entregues inicialmente. Em relação aos bairros antigos, que é o caso do Bairro de Santa Maria, do Bairro da Quinta Falcão II, do Bairro de São Roque abaixo da Igreja de São Roque e o Bairro da Ribeira Grande, são bairros mais antigos que criaram situações mais complicadas, nomeadamente o Bairro de Santa Maria que, como sabem, é um bairro que por as casas serem muito pequenas, as pessoas foram fazendo anexos que criaram muitos problemas, por exemplo atualmente temos uma rede de saneamento básico que está impossível de aceder, porque as pessoas construíram por cima dela criando assim um problema grave naquele Bairro. -----

Portanto, nos bairros mais antigos temos casas com 50 cêntimos de renda e a média das rendas nos bairros antigos é de 3 euros e 50 cêntimos, acontece que por lei a renda mínima que deve de ser paga é de 29 euros, que está indexada ao salário mínimo nacional e neste caso regional. Porque há 15 anos que não era feito um levantamento concreto da situação



nos bairros antigos, nós começamos agora a fazer um levantamento das populações que estão efetivamente a viver nas casas, através dos Técnicos que informam às pessoas que é obrigatório anualmente, entregar a documentação referente aos rendimentos das pessoas que habitam nas casas, por isso agora começamos a enviar as cartas. Ao enviá-las descobrimos, por exemplo, que há pessoas que estão a subalugar as casas municipais e isto tem a ver com uma boa gestão do património que é escasso e que deve de ser entregue e usado para as condições que estão previstas na lei, e neste momento, no Bairro de Santa Maria, a Dra. Joana Brazão está a trabalhar numa proximidade maior com as pessoas que lá moram. -----

O que nós temos tentado fazer com a intervenção, o que nós estamos a pedir às pessoas é para termos uma ideia concreta de quem é que está a morar nos diversos Bairros, se o agregado familiar corresponde ou não àquilo que está autorizado pela SocioHabitaFunchal e os seus rendimentos. Nós não estamos a entrar em guerra com ninguém, estamos a dar um prazo de 30 dias porque nós temos que dar esse mesmo prazo, e de 3 em 3 anos temos que fazer esse levantamento em todos os nossos Bairros, que não é feito há mais de 15 anos, porque a Lei assim o obriga. -----

Nós não estamos de maneira nenhuma a querer que as pessoas fiquem zangadas, se calhar temos que começar a conversar mais diretamente com as pessoas, admito que sim, mas efetivamente nós somos a entidade gestora do Parque Municipal de Habitação Social e portanto é isso que nós estamos a fazer, porque nós temos uma lista com mais de 3 mil pessoas à espera de casa, e das casas que temos entregues, temos de ter a certeza de que estão entregues às pessoas a quem entregamos, porque precisavam, portanto esse é o trabalho que nós estamos a fazer. -----

Os 30 dias que nós estamos a dar de prazo é porque nós temos que dar esse prazo, portanto as pessoas vêm conversar, analisamos caso a caso e tomamos a decisão caso a

caso. -----

Mas efetivamente as rendas vão subir, eu não vou lhe dizer que não, uma renda de 50 cêntimos vai subir com certeza para os 29 euros, que é o mínimo proposto e obrigatório por Lei.” -----

--- A pedido do **munícipe Eleutério Santos Camacho**, o Senhor Presidente da Assembleia voltou a dar-lhe a palavra, tendo o mesmo questionado: -----

- Porque é que a Câmara não lhes paga o dinheiro que lá gastaram?-----

- Se as casas fossem entregues às pessoas, será que a Câmara não ficaria a ganhar com o IMI que aqueles teriam de pagar? -----

Depois voltou a referir que um fundador doou o Bairro de Santa Maria à Câmara para depois ser doado aos moradores. -----

Terminou referindo que não têm contratos assinados com a SocioHabitaFunchal, mas sim com a Câmara.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia voltou a dar a palavra à **Senhora Vereadora Madalena Nunes** que esclareceu: “Realmente aquele Bairro é dos anos 60 e é um Bairro que já foi construído noutra Governo, mas efetivamente a sua ligação é com a SocioHabitaFunchal e o Senhor sabe isso, porque a Câmara Municipal tinha um Departamento de Habitação que geria esse e os outros bairros, que depois passou essa gestão para a SocioHabitaFunchal, portanto neste momento quem gere o património habitacional é a SocioHabitaFunchal, que é uma Empresa Municipal da Câmara Municipal do Funchal. -----

Diz que investiu ali muito dinheiro, e nós vamos ao Bairro e vemos que há pessoas que investiram, só que isso é ilegal, é claro que as Vereações anteriores decidiram fechar os olhos àquilo que foi ali feito, mas efetivamente nas casas do património habitacional só podem ser feitas alterações com autorização da Câmara e não houve autorização escrita,



e terá que perguntar às Vereações anteriores porque é que autorizaram sem estar escrito. E naquele Bairro temos um problema muito complicado, porque há muitas casas que estão com problemas cada vez maiores, por causa dos anexos que foram construídos e por causa dos acessos que foram cortados às canalizações da Câmara da água e dos esgotos. Quando queremos fazer alguma intervenção já não conseguimos chegar à rede de esgotos da Câmara Municipal do Funchal e, portanto, ou construímos toda uma outra rede de esgotos á volta do Bairro, porque neste momento com as construções que foram sendo feitas pelos moradores, não é possível aceder à raiz do problema da rede que supostamente deveria de servir o Bairro.-----

Portanto eu gostava de lhe dizer que nós estamos muito abertos, compreendo muito bem a sua questão, mas se o Senhor reparar algumas casas nesse Bairro já estão fechadas, nós fechamo-las mesmo e já não vai ninguém morar para lá, porque a recuperação dessas casas é praticamente impossível, elas vão ter que ser demolidas e depois veremos o que vamos fazer, por isso estamos já a colocar algumas famílias em outros bairros, porque aquelas casas onde moravam já não são passíveis de se fazerem obras.” -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Cristiana Martins de Sousa, do GMC**, para apresentar o **Voto de Pesar pelo falecimento do Maestro Victor Costa**, que se transcreve: “O Grupo Municipal Confiança vem, por este meio, propor à Assembleia Municipal do Funchal a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Maestro Victor Costa, prestando desta forma, à sua família e amigos, as mais sinceras condolências da parte do Município, e homenageando uma vez mais o seu percurso, e a honra para a cidade que foi contar com o seu talento musical em tantas ocasiões. -----

Victor Costa nasceu em 1939 e frequentou durante nove anos o Seminários Diocesano do

Funchal, onde se começou a dedicar à música, nomeadamente à composição de música sacra. Seguiu-se o ingresso na Academia de Música e Belas Artes da madeira, e a frequência em cursos superiores de canto, composição e piano, que viriam a marcar a sua vida e carreira. Em 1964, terminados os estudos na Academia, recebeu da Fundação Calouste Gulbenkian uma bolsa de estudo para formação no estrangeiro, tendo prosseguido a sua formação no Conservatório Superior de Munique e, posteriormente, em Salzburgo e Viena.-----

Assim começou uma longa e profícua carreira internacional como tenor, paralelamente à qual o Maestro sempre investiu noutra das suas paixões, neste caso a composição. Foi isso que fez dele autor do “Hino da Madeira”, a sua obra mais famosa, e de outros dezasseis hinos para diversas instituições e mais de cem canções eruditas. Em 1986 regressa à Madeira e ingressa no Conservatório de Música da Madeira como professor de Canto, começando desde logo a desenvolver uma significativa atividade como Maestro de vários grupos corais, alguns dos quais ajudou a nascer. -----

A Assembleia Municipal do Funchal enaltece, desta forma, um talento ímpar, que excedeu largamente a realidade regional e nacional, e cujos marcos de carreira acompanharão as gerações vindouras, seja com o Hino da Região, seja com o legado incontornável ao nível da composição e da divulgação da música tradicional madeirense, recordando, por fim, a homenagem que esta edilidade teve o prazer de prestar ao próprio em 2016, com uma exposição com os registos da sua carreira, um espetáculo ao vivo com as suas obras e, ainda, o descerramento de uma placa em seu nome, no Teatro Municipal Baltazar Dias, o que muito dignificou a cidade do Funchal.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, do PPD/PSD**, para também apresentar um Voto de Pesar pelo falecimento do Maestro Victor Costa, que se reproduz: “Residente que foi à Rua



Visconde de Anadia, Freguesia da Sé, deixou-nos o maestro, no passado dia 25 de outubro. João Victor Costa, natural da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, nascido no dia 24 de abril de 1939, adotou como residência desde 1986, o concelho do Funchal. -----

Frequentou durante nove anos o Seminário Diocesano, onde começou a dedicar-se à música, nomeadamente à composição de Música Sacra. -----

Em 1959, ingressa na então Academia de Música e Belas Artes da Madeira, onde tira o curso superior de canto e de composição e também frequenta o curso superior de piano. Em 1964, terminados os estudos nesta Assembleia recebe da Fundação Calouste Gulbenkian uma bolsa de estudo para o aperfeiçoamento artístico no estrangeiro, matriculando-se no Conservatório Superior de Munique, tendo frequentado cursos de aperfeiçoamento em Salzburgo e Viena. -----

Após os primeiros contratos para a realização de concertos públicos integrado num quarteto de cantores de diversas nacionalidades, efetuou numerosas atuações seguindo-se um contrato como tenor lírico no Teatro Estadual de Augsburg, onde fez grande parte do seu repertório operístico, nomeadamente nas óperas “O Trovador”, “Tosca”, “Força do Destino” e muitas outras. -----

Sendo de destacar a sua atuação no campo da opereta, participou em festivais nacionais e internacionais, executando as partes de tenor. Cantou também em Portugal nomeadamente, no teatro D. Luís, acompanhado pela Orquestra Filarmónica de Lisboa, tendo a crítica feito as melhores referências à sua atuação. -----

Em 1973, desempenhou o papel principal na opereta o “Conde de Luxemburgo” levada ao palco no Teatro da Trindade. -----

Para além de cantor, dedicou-se à composição, tendo sido admitido na Sociedade de Compositores Alemães. -----

Desde 1980, altura em que, depois de 16 anos vividos na Alemanha, se fixa em Portugal,

a sua atividade centrou-se sobretudo no campo da composição. No âmbito das comemorações do IV Centenário da 1ª edição dos Lusíadas, Victor Costa musicou 14 sonetos de Luís de Camões, que publicou em obra discográfica. -----

Da sua vasta obra de valor artístico relevante destaca-se a autoria e composição do Hino Regional da Madeira, sendo a respetiva letra de Ornelas Teixeira. -----

A partir de 1986, altura em que se fixa na Madeira, ingressa no Conservatório de Música da Madeira como professor de canto tendo desenvolvido significativa atividade como maestro de vários grupos corais, alguns dos quais ajudou a nascer. -----

Na sua carreira de mais de meio século releva o seu génio artístico que o levava à criação independentemente do tempo ou local onde se encontrasse. -----

Afirmou na sua última grande entrevista que nunca foi de esquerda ou de direita:-----

Disse: “Sou pela justiça e a favor da cultura (...). A cultura é a minha causa.” -----

A dimensão cultural não é alheia à política uma vez que a cultura impacta a política e a política tem claro impacto na cultura. -----

Assim, o ter composto o Hino Regional da Madeira, um dos símbolos autonómicos, confere-lhe uma sensibilidade que vai muito para além do que da sua afirmação se poderá dizer, à primeira vista. -----

O Hino marca diretamente uma geração madeirense, as crianças que desde a data da sua criação o cantavam a peito cheio em competições desportivas e todo o tipo de comemorações e eventos culturais, encarnaram a melodia e mensagem do hino, símbolo de uma autonomia recém conquistada; e influenciou certamente também as gerações anteriores que a conquistaram, bem como as atuais que não concebem, nem podem conceber, uma identidade insular alheia às conquistas autonómicas das suas antecessoras ainda que entraves ou afrontas ou vis aspirações as possam querer perigar. -----

Gostaria de dar nota pessoal de especial apreço não só pela globalidade da obra como



também e especialmente a sua ação, que seria de datar aos anos de 81-84, junto da jovem geração que referi no que concerne à formação e orientação de coros, deixando testemunho pessoal do seu desempenho e acompanhamento próximo ao grupo de crianças que de amarelo vestidas gravaram uma das primeiras versões do hino que durante muitos anos foi reproduzida nas mais diversas cerimónias, sublinhando que a mesma interpretação coletiva foi diretamente e pessoalmente dirigida, supervisionada e reiteradamente interpretada até atingir o grau de exigência artística que sempre exigia e deixar testemunho que a intensidade inerente à sua mensagem marcou definitivamente interpretes e ouvintes. Atendendo ao trabalho notável do maestro em prol da música, em especial em termos locais, vem o grupo parlamentar do PSD propor que a Assembleia Municipal do Funchal, hoje reunida, aprove um voto de pesar pelo falecimento do Maestro Victor Costa e apresentar à sua família e amigos as mais sentidas condolências.-----

Sai o Maestro da boca de cena, permanece no tempo a sua vasta e notável obra, capaz de mobilizar, enaltecendo-os, todos os Madeirenses.”-----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou os **votos de pesar** apresentados à votação, simultaneamente, sendo **aprovados por unanimidade** com quarenta e três votos a favor, sendo dezanove votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e um voto do JPP.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC**, para apresentar o **Voto de Congratulação pelos 20 anos de atribuição do prémio Nobel da Literatura a José Saramago**, que se traslada: “Filho e neto de camponeses, José de Sousa saramago, nasceu no dia 16 de novembro de 1922, na aldeia de Azinhaga (província do Ribatejo), embora o registo oficial mencione como data de nascimento o dia 18.-----

Cedo viaja com os seus pais para Lisboa – não havia ainda completado os dois anos de idade – e o que a maior parte da sua vida decorre então na capital, embora com algumas estadias, nos primeiros anos da idade adulta, na sua aldeia natal. Reporte-se ainda, que em fevereiro de 1993 decidiu repartir a sua residência habitual entre Lisboa e a ilha de Lanzarote, no arquipélago das Canárias (Espanha).-----

No dia 8 de outubro de 1998 que José Saramago se tornou no primeiro, e até agora único, Prémio Nobel de Literatura em língua portuguesa. -----

Nesse mesmo dia, a literatura e língua portuguesa, o nosso idioma e uma das grandes línguas globais que na atualidade é falada por cerca de 261 milhões de pessoas, sendo também a língua mais falada no hemisfério sul, atingiu a sua mais alta elevação e consagração. Coube a José Saramago, por ironia do destino – cito: “que como todas as coisas deste mundo, não conhece a linha recta” (*cadernos de Lanzarote, 1994*), o mérito, depois de muitos outros escritores/autores o ensaiarem, de conferir à literatura lusófona um momento único e histórico, que é importante não olvidar e, portanto, recordar e celebrar com as atuais, mas principalmente as novas e futuras gerações. -----

A dimensão intelectual, cultural, artística, humana e cívica de José Saramago fez dele uma figura maior – e de referência – da nossa história mais recente/contemporânea. -----

É vasta, admirável e brilhante a obra literária que arquitetou, levantou/edificou e legou a todos aqueles que a têm o desejo/vontade de a conhecer e compreender, em diversas línguas, pois ele é o autor português mais traduzido até ao presente e também alguém que se experimentou praticamente todos os géneros literários (desde o romance à poesia). Nela figuram obras como *Levantado do Chão* (1980), *Memorial do Convento* (1982), *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984), *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991), *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), *Todos os Nomes* (1997), *O Homem Duplicado* (2002), *Ensaio sobre a Lucidez* (2004), *As Intermitências da Morte* (2005), e *Caim* (2009), entre outras obras que

Ihe valeram em Portugal prémios como o Prémio Camões e o Prémio de Consagração de Carreira da Sociedade Portuguesa de Autores, pelo conjunto da sua obra, em 1995, e no estrangeiro diversas distinções/prémios entre os quais se destaca, evidentemente, o Prémio Nobel da Literatura, em 1998.-----

Pelo anteriormente exposto, e passados dias décadas desse marcante momento histórico para a literatura lusófona e para o notável escritor português que o eternizou, o Grupo Municipal Confiança, propõe que se delibere: -----

a) um Voto de Congratulação ao escritor e pelos 20 anos da atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago; -----

b) o envio do presente Voto de Congratulação à família do escritor, à Fundação José Saramago e à imprensa regional.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Voto de Congratulação** apresentado à votação, sendo **aprovado por unanimidade** com quarenta e três votos a favor, sendo dezanove votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e um voto do JPP.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, interveio para propor oralmente um Voto de Louvor ao Atleta com Síndrome de Down, Helder Ornelas, de 27 anos, natural da freguesia de São Martinho, concelho do Funchal, do Clube Os Especiais, por se ter sagrado Campeão Europeu de Futsal pela Seleção Portuguesa. -

--- Após a aprovação por unanimidade da admissão daquele Voto de Louvor, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o referido **Voto de Louvor**, sendo **aprovado por unanimidade** com quarenta e três votos a favor, sendo dezanove votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e um voto do JPP. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que o GMC apresentou duas Propostas de Alteração ao Regimento, que, salvo melhor entendimento, não podem ser apreciadas em Período de Antes da Ordem do Dia, nomeadamente porque numa das propostas é proposta a eliminação de um artigo do Regimento, e como o nº 2 do artigo 67º do Regimento estipula que, para se proceder àquele tipo de alteração é necessário proceder à nomeação de uma comissão que trate da questão, nesse sentido, a Mesa considerou aceites as duas propostas, sendo depois nomeada a comissão e posteriormente será posta à votação. ----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, disse que as propostas foram enviadas para serem discutidas no Ponto um da Ordem de Trabalhos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que, quando as propostas foram enviadas, a ordem de trabalhos já estava feita. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, retorquiu que a Assembleia pode apresentar propostas de alteração àquele ponto. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que independentemente disso o máximo que pode daí resultar é que tudo irá para a Comissão, porque o regimento pode ser alterado em duas circunstâncias, por uma proposta da Mesa ou por um terço dos Senhores Deputados. Feito esse pedido, diz o nº 2 do artigo 61º que então terá que ser nomeada uma Comissão que analisará as propostas e dirá de sua justiça, para depois ir à votação. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, voltou a retorquir que no email que foi enviado no dia anterior, é referido especificamente que são Propostas de Alteração ao Ponto um da Ordem de Trabalhos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que a ter que fazer aquela proposta,



esta teria que ter chegado à Assembleia Municipal até há oito dias, que é o prazo da convocatória. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, replicou que não podia ter feito isso porque nessa altura ainda não tinha conhecimento da ordem de trabalhos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que por isso o Senhor Deputado tem o direito de quando se debater o Ponto um da Ordem de Trabalhos, apresentar o requerimento.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, observou que na Reunião de Líderes foi consensual a alteração dos tempos para permitir que o Senhor Deputado único do JPP pudesse ter tempo de intervenção e o Líder do GMC não manifestou qualquer outra indicação de alteração, porém isso não invalida que na discussão do Ponto possam ser feitas propostas de alteração, porque não estão a propor nenhuma alteração à Ordem de Trabalhos, mas sim alterações a Pontos que estão em discussão na Ordem de Trabalhos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que não ia colocar aquelas Propostas à discussão naquele Período, porque são para discutir aquando da discussão do Ponto um. De seguida, deu a palavra ao Senhor Deputado **Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC**, para apresentar a Proposta de Resolução – Transmissão e arquivo de som e imagem das sessões públicas da Assembleia Municipal do Funchal.-----

Por esta ocasião a **Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, interpelou a Mesa dizendo que aquela Proposta também não poderá ser apresentada naquela altura, porque no fim do documento diz *alteração ao regimento*.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu à Senhora Deputada Herlanda Amado o alerta, e referiu que dada a quantidade de Propostas de Alteração ao Regimento, terão que nomear uma Comissão para o efeito. -----

Por este facto deu novamente a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandra Palma Costa, do GMC**, para apresentar a **Proposta de Resolução de aplicação da tarifa social da água para os trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal, com a categoria de Assistente Operacional**, este antes de apresentá-la, fez uma nota prévia e um reparo que por questões legais aquela passará para Proposta de Recomendação, que se transcreve: -----

“A obra *Desigualdades Sociais, Portugal e a Europa*, aonde consta um retrato social de Portugal dos últimos 10 anos, demonstra, de forma inequívoca, que o nosso país continua a ser um território com níveis de desigualdade social bastante elevados à escala europeia, situação que se agravou e se traduziu no aumento da precariedade laboral e da pobreza.

Cito um excerto da obra: «A crise cavou fundo na situação social dos desempregados, dos trabalhadores precários, dos pobres, dos pouco escolarizados, dos jovens em transição para o mercado de trabalho, das mulheres com menos recursos, dos imigrantes mais desfavorecidos, daqueles que saíram do país ao encontro de melhores oportunidades, dos que têm menos capacidade de mobilizar a ação coletiva». -----

Porém, os dados do INE e do Eurostat, tornados públicos já este ano, assinalam uma pequena evolução favorável nos últimos três anos..., não obstante, o país está ainda num nível de desigualdades bastante elevado, nomeadamente em setores como o emprego, educação, rendimentos e riqueza, saúde e ação coletiva.-----

Ora, também na Região Autónoma da Madeira (RAM), a precariedade e os baixos salários são uma das principais preocupações dos cidadãos, situação que compromete o desenvolvimento (e futuro) da Região, pois no mundo competitivo de hoje – onde a internacionalização do nosso produto é deveras importante para o desenvolvimento e crescimento da nossa pequena economia – a valorização do trabalho e a dignificação dos recursos humanos são valores decisivos para construirmos uma sociedade efetivamente

mais coesa (com menos desigualdades) e que não comprometa o êxito económico e social que todos almejamos.-----

Se é certo que a grande crise de 2008 aumentou as desigualdades, e as famílias portuguesas com rendimentos mais baixos foram justamente as que mais perderam durante a crise – tal facto que é corroborado pela evidência disponibilizada num relatório do ***Euromod*** (de Dezembro de 2011), onde se demonstra que as medidas de austeridade implementadas em Portugal, em 2010 foram “claramente regressivas”, fazendo com que as famílias mais pobres perdessem uma parte maior do seu rendimento disponível do que as famílias mais ricas/abastadas – a preocupação ainda hoje de qualquer político consciente e responsável, deveria ser de colocar em prática algumas políticas de combate a esta situação, isto é, medidas que podem passar por ‘coisas’ simples, não tendo que ser pomposamente intituladas de ‘Reformas’, como alguns políticos da nossa praça declamam e elegendem.-----

Em integral consonância com o anteriormente narrado, e como forma de por em prática um decreto-lei do Governo da República, aprovado em Conselho de Ministros no dia 10 de Outubro de 2017, que estabelece o regime da tarifa social da água a que os municípios de todo o país podem aderir (Decreto-Lei n.º 147/2017 de 5 de dezembro), e que se aplica a todas as famílias em situação de carência económica, o Grupo Municipal da Confiança, propõe aqui/hoje a extensão da tarifa social da água a todos os trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal com a categoria de Assistente Operacional, na medida em que o trabalho destes ‘notáveis’ funcionários do município é de relevante interesse ambiental, económico e turístico para a cidade, não esquecendo que as suas remunerações salariais são infelizmente muito baixas e, deste modo, a autarquia concede, na esfera das competências do Município, benefícios sociais (e fiscais) à classe profissional designada.”

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** propôs ao Senhor Deputado Miguel Costa a retirada da Proposta apresentada, porque em dois mil e dezasseis, foi aprovada em reunião da Câmara do Funchal uma Proposta de Resolução apresentada pelo CDS-PP, de um regime de tarifário social de água extensível a todas as pessoas, que será brevemente regulamentado pela Câmara Municipal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC,** esclareceu que fez menção ao Decreto-Lei n.º 147/2017 de 5 de dezembro, que vem dar as orientações para a tarifa social da água e citou o artigo 9º: *1 - Nos municípios onde existam, à data da entrada em vigor do presente decreto-lei, formas de apoio correspondentes à tarifa social para a prestação dos serviços de águas aqui regulada, estas mantêm-se até à adaptação ao presente decreto-lei.* -----

2 - A adaptação das formas de apoio correspondentes à tarifa social para a prestação dos serviços de águas objeto do presente decreto-lei deve ter lugar no prazo de 180 dias.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** afirmou julgar que nada impede um complemento àquilo que já existe, porque tudo aquilo que seja para beneficiar qualquer trabalhador e munícipe, supõe que deva ser aprovado por todos.-----

Propôs ainda que os Assistentes Técnicos também sejam abrangidos por aquela medida, uma vez que a progressão de carreira que tem acontecido é quase diminuta relativamente ao expectável.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** pediu à Senhora Deputada Herlanda Amado para esclarecer se fez uma proposta para alterar o ponto.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** confirmou que é essa a sua intenção.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** pediu à Senhora Deputada Herlanda Amado para

depois colocar a sua proposta por escrito. De qualquer modo, colocou à votação a inclusão dos Assistentes Técnicos na proposta apresentada pelo GMC, sendo **aprovada por maioria** com vinte três votos a favor, sendo dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do GMC (NC) e dezassete abstenções sendo quinze do GMC, uma da Coligação Nova Mudança (MPT) e uma do JPP.

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, disse:

“Senhor Deputado Miguel Costa como certamente saberá o Decreto-Lei que regula a atribuição da tarifa social da água, permite que os Municípios definam os critérios de atribuição dessa tarifa e a única limitação que os Municípios têm, é que o critério de atribuição não seja mais restritivo daquele que já consta da Lei e portanto, salvo melhor opinião, parece-me que a Câmara do Funchal tem toda a possibilidade de atribuir a tarifa social de água a quem muito bem entender. -----

Mas, a pergunta que lhe queria colocar tem a ver com uma proposta feita pelo PSD em reunião de Câmara, em que a nossa Vereadora sugeriu a criação de uma tarifa especial para os funcionários da Autarquia e o Senhor Vice-presidente desta Câmara, à data, disse que alegadamente essa tarifa especial seria ilegal e que, portanto, a Câmara não estaria disponível para o fazer. -----

Eu gostaria de saber, Senhor Deputado Miguel Costa, se alguém da Coligação Confiança partilhou alguma informação consigo acerca da ilegalidade da sua proposta.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC**, esclareceu o Senhor Deputado João Paulo Marques com a citação do nº 4 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 147/2017 de 5 de dezembro: *os municípios podem estabelecer, mediante deliberação da assembleia municipal, outros critérios de referência, desde que não sejam restritivos em relação aos referidos nos números anteriores.* -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, pediu ao Senhor Deputado João Paulo Marques que esclareça aquela Assembleia se a interpelação da Senhora Vereadora do PSD, colocada na reunião de Câmara, não foi consequência da falta de regulamentação de uma Proposta de Resolução apresentada pelo Vereador Miguel Rosa, do CDS-PP, e aprovada em dois mil e dezasseis. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, respondeu esperar que aquela questão da tarifa social não se reduza a uma mera questão de paternidade, porque o que está em causa é a hipótese de todos fazerem a diferença em relação aos Funcionários daquela Casa, atribuindo-lhes a tarifa social de água. ----- Assim, o CDS-PP tem ali a hipótese de fazer a diferença aprovando aquela Recomendação, tal como o PPD/PSD o fará.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou a **Proposta de Recomendação de aplicação da tarifa social da água para os trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal, com a categoria de Assistente Operacional e de Assistente Técnico** à votação sendo **aprovada por maioria** com vinte e cinco votos a favor, sendo sete votos do GMC, quinze votos do PPD/PSD, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do JPP e quinze abstenções, sendo onze do GMC, três do CDS-PP e uma da Coligação Nova Mudança (MPT).-----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, declarou que a razão do sentido de voto do grupo municipal do CDS-PP se deve aos fatores explicativos na apresentação da Proposta, e por razões de coerência sendo, por isso, sempre favoráveis a que as categorias de Assistentes Operacionais e todos os Funcionários daquela Casa, que tenham insuficiências económicas, usufruam da tarifa social.-----



--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, declarou o seguinte: “O nosso sentido de voto nesta proposta foi a abstenção porque entendemos que o Decreto-Lei que foi aduzido na apresentação do mesmo já contempla a atribuição da tarifa social aos Assistentes Técnicos e Operacionais da Câmara, desde que reúnam os requisitos que estão no nº 3 do artigo 2º do referido decreto-lei, portanto achamos que a inclusão destas categorias nesta Recomendação, vem colidir com o que está no nº 4 do mesmo artigo que, e como muito bem disse o Senhor Deputado João Paulo Marques, não pode restringir o que está determinado anteriormente. -----

Por conseguinte, se o nº 3 já atribui a todos os agregados que reúnam um determinado conjunto de requisitos em termos de rendimento económico, estão aqui abrangidos todos os Assistentes Técnicos e Operacionais que cumpram esses requisitos, logo esta Recomendação não acrescenta nada ao que já está no próprio Decreto-Lei.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, do GMC**, acrescentou que se absteve por considerar que a atribuição da tarifa social, deve ser dada a quem tem menos rendimentos, independentemente da sua categoria profissional. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, para apresentar a **Proposta de Resolução para excecionar aos emigrantes, a cláusula presente nos diversos regulamentos de Ação Social e Apoio Municipal, referente ao tempo mínimo de residência no município**, que se transcreve:-----

“As crises financeiras, e consequentemente sociais, que têm acontecido, ao longo das últimas décadas, no país e em especial na região, tem provocado fluxos migratórios de muitos dos nossos familiares e amigos conterrâneos para distintos países, pelos diferentes continentes. -----

Os madeirenses por esse mundo fora são, de um modo geral, reconhecidos pela sua capacidade de trabalho, adaptação e empreendedorismo, sendo muitos os casos de sucesso, tornando-se eles próprios motores do desenvolvimento dos locais por onde passam. -----

Através de uma breve consulta pela página do Centro das Comunidades Madeirenses, podemos verificar que a comunidade de Madeirenses e seus descendentes ultrapassam um milhão de pessoas, com especial destaque para os sediados na Venezuela e na África do Sul. -----

Fruto desse sucesso e, sempre com a Madeira no coração, durante muitos desses anos, estes nossos emigrantes alimentaram de forma positiva a fraca economia da nossa região, proporcionando, assim, desenvolvimento, que teria sido mais difícil sem a vinda de divisas de vários quadrantes do mundo. -----

As convulsões políticas por vezes ocorridas nos locais escolhidos pelos nossos compatriotas para se estabelecerem, provocam tomada de decisões radicais, obrigando o regresso à Região de forma abrupta, sem muitas vezes, conseguirem salvaguardar os bens que juntaram ao longo das suas vidas. -----

O regresso destes nossos emigrantes deve ser encarado por todos de uma forma positiva, pois são os nossos conterrâneos que regressam às suas casas e às suas origens. -----

Se muitos regressam com capacidade de assegurar o seu sustento, outros, pouco ou nada trazem nos bolsos, e necessitam que olhemos por eles, pelo que tanto deram à nossa região e contribuíram para divulgar a nossa cultura além-mar. -----

A recente crise na Venezuela é o espelho desse regresso de emigrantes à Região, sendo noticiado que já terão regressado mais de 6.000 pessoas. -----

O Governo da República e o Governo da região, em parceria, estão a desenvolver programas de apoios para essas famílias, de modo a garantir uma reintegração na nossa



sociedade da forma mais pacífica e digna.-----

Cabe-nos fazer também parte da solução, contribuindo para que os nossos emigrantes que regressam à Região e que se estabeleçam no Funchal, tenham pleno acesso aos mais diversos programas sociais que este Município tem em vigor, independentemente do tempo que cá residem.-----

Assim, o Grupo Municipal Confiança propõe que a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão do dia 16 de novembro de 2018, delibere excepcionar para os emigrantes a cláusula presente nos diversos regulamentos de Ação Social e Apoio Municipal, referente ao tempo mínimo de residência no Município.” -----

--- Colocada à **votação a Proposta de Resolução para excepcionar aos emigrantes, a cláusula presente nos diversos regulamentos de Ação Social e Apoio Municipal, referente ao tempo mínimo de residência no município**, foi **aprovada por maioria** com trinta e nove votos a favor, sendo dezoito votos do GMC, quinze votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do JPP e uma abstenção da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, declarou que o CDS-PP não podia deixar de votar a favor daquela Proposta de Resolução, pois desde a primeira hora o líder do seu Partido, Rui Barreto, tem estado em contactos, através da *Venacom* com toda a comunidade luso venezuelana, não esquecendo, ainda, que aquelas pessoas são também sangue do nosso sangue. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, do PPD/PSD**, que apresentou o **Voto de Protesto: Parques Camarários e parquímetros**, que se reproduz: “O Grupo Municipal do PPD/PSD apresenta nesta assembleia um voto de protesto pela não aplicação, por parte

do Executivo camarário, da recomendação aprovada em Assembleia Municipal da isenção aos sábados, durante 2 horas, do pagamento aos estacionamento nos parquímetros da cidade, bem como o alargamento do horário de funcionamento dos mesmos. -----

Na última Assembleia Municipal, o Senhor Vereador Bruno Martins referiu que o Executivo camarário não iria aplicar a recomendação aprovada. Para nós, esta postura do Executivo camarário e esta tomada de posição, constituem uma afronta aos princípios democráticos pelos quais a Assembleia Municipal se rege. -----

Os Deputados eleitos pelos Funchalenses merecem total respeito por parte do Executivo camarário, não sendo admissível, que o órgão fiscalizador do Município do Funchal aprove uma medida, e que depois essa mesma não seja aplicada na cidade. -----

É lamentável o défice democrático que hoje encontramos neste Executivo camarário, a vossa prepotência está bem vincada e visível, nesta vossa tomada de posição. -----

O PSD exorta o Executivo camarário a corrigir esta gravíssima situação, pois trata-se de um total desrespeito pela Assembleia Municipal, a não implementação da recomendação aprovada, na casa da democracia do município do Funchal.” -----

- PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, pediu ao Senhor Deputado Fábio Bastos que esclarecesse se eventualmente analisou nas Grandes Opções do Plano para 2019, a questão do comércio de proximidade e dos parquímetros na baixa do Funchal, por proposta do CDS-PP. -----

Também quis saber se aquele, concordará ou não com a Proposta do CDS-PP para a Implementação do Conselho Municipal de Turismo, Comércio e Serviços.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, do PPD/PSD**, esclareceu o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta que a sua intervenção apenas tem o propósito de indicar que os Deputados Municipais eleitos por todos os funchalenses



não podem deixar passar em claro a falta de responsabilidade, de compromisso e de confiança do Executivo camarário, porque se foi aprovado naquela Casa uma Recomendação, ela terá que ser aplicada pelo Executivo, por isso é aquela a posição do PPD/PSD. -----

- **INTERVENÇÃO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, disse: “Em primeiro lugar gostaria de dizer que já reli várias vezes o primeiro parágrafo e não entendo muito bem o objetivo do Voto de Protesto. -----

Primeiro, o mesmo assenta no diz que diz, que em política, para mim, é muito esquisito, depois há a questão do objetivo, que fala no alargar o horário dos parquímetros com isenção aos sábados durante 2 horas, mas é antes ou depois? Porque os parquímetros na cidade do Funchal funcionam entre as 08:00 e as 14:00 horas ao sábado, e nos outros dias entre as 08:00 e as 20:00 horas, por isso o seu objetivo é muito confuso. -----

E aos Senhores que vêm aqui falar de falta de respeito, eu digo-lhes que falta de respeito é um Presidente da Câmara Municipal do Funchal reivindicar ao Governo Regional 5 milhões de euros do IRS, e depois quando está na Quinta Vigia muda de opinião e não dá qualquer dinheiro à Câmara, é ter um Governo Regional PSD que quer asfixiar a Câmara Municipal do Funchal porque até 2013 teve 9 contratos programa, e depois de 2013 não achou qualquer assunto e motivo de interesse para os funchalenses, para apoiar com contrato programa. -----

Mas quero-vos dizer e quero congratular-me com a única frase que aqui realmente está muito bem referida, que é *défice democrático*, o Senhor Deputado deve de ter lido e escutado muito bem Mário Soares quando veio à Região Autónoma da Madeira falar de *défice democrático*, sobre a democracia que os senhores faziam durante 42 anos, portanto citar Mário Soares é realmente uma atitude de muito bom gosto para um político regional.

Voltando aos parquímetros, é uma questão de demagogia de politica barata em que não sabem diferenciar o que é o essencial e o que é o acessório, mais agora perto de 2019 onde vamos assistir a que toda a gente quer que ninguém pague nada e que hajam [sic] reduções, porque como não sabem fazer politica, não sabem fazer propostas concretas que vá [sic] de acordo às aspirações legitimas dos cidadãos, fazem só demagogia e não sabem olhar à realidade em volta.-----

A última parte foi que nós tivemos uma redução de 14% nos preços dos parquímetros e esta é uma falsa questão.-----

Mais, os Senhores são responsáveis pelos transportes públicos e não têm sabido minimizá-los para fazer face à questão da mobilidade.-----

Também desde 1997 que esta Câmara teve a maioria do PSD, mas só depois de 2013 foi este Executivo que mudou os sinais de trânsito, portanto os Senhores são zero em termos de mobilidade, que nem sinais de trânsito souberam mudar.-----

Vou-vos dizer, por exemplo, que no parque de estacionamento do Campo da Barca uma hora de parque custa 60 cêntimos, e o parque de estacionamento do Anadia que é privado, custa 1 euro e 30 cêntimos, portanto vejam bem a discrepância que nós temos dos preços dos estacionamentos camarários e o estacionamento dos privados.-----

Por tudo isto, esta Proposta merece a nossa reprovação, que nasceu de uma falácia, de algo falso, de um facto que não existe, do disse que disse e depois não sabem bem se as 2 horas de pagamento dos parquímetros gratuita é antes.-----

Os Senhores Deputados, sabem se os equipamentos possibilitam essa vossa proposta? - Mas acima de tudo aquilo que motivou esta proposta foi uma afirmação de um vereador que demonstra muito bem a atitude e a praxis desta Casa, serão sempre o partido do contra, serão sempre o partido do bota abaixo que não sabe ver a cidade pela positiva só sabe ver a cidade pela negativa.” -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, do PPD/PSD**, questionou o Senhor Deputado Sérgio Abreu se entende ou não, que a Câmara deve executar aquilo que é deliberado na Assembleia Municipal por todos os deputados eleitos pelos funchalenses. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, afirmou que sim, mas que isso não implica que tenha de fazer um voto de protesto a dizer que o Executivo não a cumpriu, porque o Município não disse que não ia cumprir e as recomendações só podem ser cumpridas se tecnicamente houver condições para isso. ---

--- Colocado à **votação o Voto de Protesto: Parques Camarários e parquímetros**, foi **aprovado por maioria** com vinte e dois votos a favor, sendo dezasseis votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT), um voto do JPP, dezoito votos contra do GMC e uma abstenção do PCP/PEV-CDU. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, declarou que depois das intervenções do Senhor Deputado Sérgio Abreu não podiam votar de outra forma, porque é um total desrespeito não implementar a recomendação que foi aprovada e votada por todos. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, justificou a sua abstenção porque apesar das gralhas e de algumas questões que podem não concordar na construção do texto, poderia ter sido, facilitado se tivesse *Pela não aprovação por parte do Executivo camarário de toda a resolução, recomendação aprovada nesta assembleia*, porque já não é a primeira vez que um conjunto de propostas, resoluções e recomendações ali apresentadas, não detém o seguimento da parte do Executivo camarário. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, disse que a declaração é sobre o sentido do voto e não para acusar ninguém, pelo que considera desonestidade política usar a declaração de voto para falar sobre qualquer outra pessoa. Acrescentou ainda que as Recomendações são colocadas no terreno desde que sejam exequíveis, e que as mesmas não têm um tempo temporal.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** advertiu o Senhor Deputado Sérgio Abreu de que incorreu na crítica que acabou de fazer, porque não fez uma declaração de voto, mas uma crítica. -----

Depois deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, que apresentou a **Proposta de Recomendação - Programa municipal de acompanhamento aos comerciantes e agentes económicos afetados pelas obras, na Rua do Bom Jesus e na Rua Dr. Fernão de Ornelas**, que se reproduz: “Se há obra que de facto simboliza a incompetência e a falta de planeamento desta Câmara, julgo que é mais ou menos unânime, é a intervenção da Câmara na Rua do Bom Jesus. E eu podia falar das árvores cortadas sem qualquer justificação, do estreitamento da rua sem razão aparente, do facto de estar praticamente concluída a obra e ter sido necessário destruir quase tudo para pelos vistos começar de novo. Mas, Senhores Deputados tudo isso acaba por ser secundário quando 8 meses depois de esta Câmara ter iniciado a obra, e de ter prometido à cidade que acabaria em 3 meses, continuamos sem saber quando é que a obra da Rua do Bom Jesus fica concluída. -----

Senhor Presidente da Câmara, até parece que V. Exa se esqueceu que a Rua do Bom Jesus existe, até parece que não sabe que aquela rua está em obras há tanto tempo. -----

Senhor Presidente, em última linha, os seus munícipes começam a suspeitar que V. Exa afinal nem sabe onde fica a Rua do Bom Jesus. -----

E, Senhores Deputados, se é inegável o transtorno que esta autêntica trapalhada tem



causado a todos os que circulam a pé e de automóvel naquela artéria fundamental da nossa cidade, ainda mais gritante é o impacto negativo que tem nos comerciantes da Rua do Bom Jesus. São eles que durante 8 meses têm sofrido na pele com a vossa incompetência, têm sofrido com o ruído das máquinas pesadas, com a sujidade que lhes invade as lojas, com a terra e com a brita que, pelos vistos, tomou conta dos passeios. Os comerciantes da Rua do Bom Jesus merecem o nosso respeito e precisam da nossa ajuda, é por isso que hoje propomos a criação de um programa municipal que vá ao encontro das suas necessidades, que os isente do pagamento de taxas municipais e que crie um fundo municipal de compensação, para fazer face aos prejuízos causados por estas obras. -----

Não é sequer um programa pioneiro no País, lembramo-nos bem daquilo que foi feito, por exemplo, na cidade do Porto, mas é o mínimo que esta Câmara pode fazer por aquelas pessoas e por aqueles negócios, por outro lado, embora estejamos ainda dentro do prazo da execução da obra, e pelos vistos os Senhores anunciaram hoje na comunicação social que as ditas obras na Rua Dr. Fernão de Ornelas seriam concluídas em breve, o mau exemplo da Rua do Bom Jesus e a maior dimensão, a maior complexidade da obra na Rua Dr. Fernão de Ornelas, recomendam, eu diria, quase que obrigam à extensão deste programa também àqueles comerciantes. -----

Por isso, termino Senhor Presidente, dizendo se continua sem saber quando é que acabam as obras no Bom Jesus, pelo menos aceite a nossa Recomendação, aceite a Recomendação destes deputados e ajude quem esteve e quem está e quem continua a sofrer há oito meses com aquela intervenção. -----

Senhor Presidente da Câmara do Funchal, os comerciantes do Bom Jesus não têm culpa da incompetência da sua Câmara.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** que disse: “Sobre este assunto fui

eu a pessoa a quem a ACIF – Associação Comercial e Industrial do Funchal, solicitou uma reunião para em julho deste ano, no início das obras, falarmos sobre algumas preocupações dos comerciantes da Rua do Bom Jesus, e na sequência dessa reunião foram tomadas algumas medidas por parte da Câmara.-----

Eu confesso que fiquei completamente surpreendido quando ontem nas afirmações posteriores à reunião de Câmara, foi tornado público pelo Senhor Vereador do PSD que a Câmara não tinha aprovado um apoio aos comerciantes da zona. -----

Surpreendido por dois motivos: em primeiro lugar porque ontem nós não falámos, nem houve nenhuma deliberação em cima da mesa, para aprovar qualquer tipo de apoio aos comerciantes, sejam eles da Rua do Bom Jesus, sejam de outra rua qualquer. -----

Em segundo lugar, porque no passado mês de julho foi aprovado numa reunião ordinária e pública da Câmara Municipal do Funchal, isentar as taxas de publicidade, de ocupação da via pública, de saneamento básico, de gestão de resíduos sólidos e fornecimento da água aos proprietários dos estabelecimentos comerciais na Rua do Bom Jesus, Rua da Conceição, no troço compreendido entre a Elias Garcia e a Rua do Frigorífico, da Rua do Frigorífico e da Travessa da Nogueira.-----

Para beneficiarem destes apoios os proprietários teriam que cumprir dois requisitos: primeiro, apresentar um pedido fundamentado e acompanhado dos documentos; segundo apresentar uma declaração sob compromisso de honra, que dariam continuidade à sua atividade comercial. -----

Estes pedidos seriam depois objeto de deliberação em reunião de Câmara. -----

Fiquei tão surpreendido que até pensei que, se calhar, o Vereador que falou disto à comunicação social não estava presente na reunião, mas ao analisar a ata vi que estava presente na reunião, a única pessoa que não estava presente era a Senhora Vereadora Joana Silva que também não fez qualquer intervenção sobre esta matéria. No entanto, os



três Vereadores do PSD presentes nessa reunião, intervieram sobre esta matéria e votaram a proposta por unanimidade, portanto se há aqui algum esquecimento, Senhor Deputado João Paulo Marques, com certeza deverá ser imputado à sua bancada e aos seus Vereadores, porque de facto já existe uma isenção de taxas de publicidade e esta proposta que hoje aqui vem mais não é do que uma cópia daquilo que foi votado e aprovado em julho. -----

Portanto, V. Exas muito provavelmente terão que sair mais e olhar para a cidade como um todo, tentando corresponder às aspirações de todos os funchalenses em vez de estarem fechados na Rua dos Netos, defendendo os interesses só de uma rua. -----

Nós não estamos à espera que o PSD nos venha ensinar a fazer política de proximidade, nós vamos ao encontro dos comerciantes, recebemos por parte da ACIF este pedido de reunião, e na sequência dessa reunião, foram acauteladas todas as solicitações que foram efetuadas. -----

Dão a entender que as únicas obras que se passam no Funchal são da responsabilidade da Câmara Municipal do Funchal, porque a realidade é que a Rua 31 de Janeiro, a Rua 5 de Outubro, a Ribeira de São João, desde a autolavagem de São João até ao campo do Marítimo e agora no próximo ano já foi aqui referido, a Ribeira de João Gomes e o troço compreendido entre a Ponte do Bazar do Povo e a Ponte D. Manuel, serão novamente objeto das “obras de Santa Engrácia” que o Governo Regional está a fazer nas ribeiras desta terra derramando betão e milhões de euros, naquilo que dizem ser obras em prol da cidade do Funchal. -----

Portanto, esta proposta deve ser também remetida para o Governo Regional que o seu Partido suporta, e aí estaremos todos do mesmo lado na defesa dos comerciantes do Funchal, que muito padeceram e têm padecido com obras que foram feitas, foram interrompidas, foram refeitas e os comerciantes até agora não viram qualquer

compensação do Governo Regional da Madeira, ao contrário da Câmara que tem provas dadas e tem uma proposta aprovada. -----

Também devo recordar que os pareceres dados por esta Câmara, na altura a sua Câmara, foram positivos a estas obras que viabilizavam demolir pontes como, infelizmente, foi demolida a Ponte da Saúde e não temos forma de a recuperar, ficará no nosso património da memória, um património imaterial da cidade do Funchal porque já não está materializado, fica na memória com certeza e os madeirenses e os funchalenses também ficarão, e não vamos deixar que a responsabilidade morra na memória como os responsáveis pela demolição e destruição de património cultural municipal, que nomeadamente tem um nome e um responsável que é o PSD.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD,** replicou:

“Senhor Vice-presidente, quando se sente encostado à parede recorre logo ao seu porto seguro, que é começar logo a falar do Governo Regional e das Vereações passadas. Até determinado ponto parece que antes de 2013 não havia cidade do Funchal, parece que só há cidade do Funchal depois de 2013, mas, Senhor Vice-presidente, a nossa diferença é que eu não estou aqui a defender o Governo Regional da Madeira, eu estou eleito pelos funchalenses, se o Senhor Vice-presidente tem alguma obsessão ou algum problema com o PSD ou com o Governo Regional, tem de dirigir essa dificuldade eventualmente ao Secretário-geral do Partido Socialista que ele certamente o ajudará nisso. -----

Mas, há outra diferença e outra linha que nos separa Senhor Vice-presidente, é que V. Exa acha, e foi isso que disse aqui, que os comerciantes se querem ser ajudados têm de vir até à Câmara, e esquece-se que a culpa das obras que prejudicam aquelas pessoas na Rua do Bom Jesus não é dos comerciantes, não é do PSD, é da Câmara. Portanto a obrigação da Câmara é ir ao encontro das pessoas e das suas necessidades, não basta fazer cartazes

a dizer que governa pelas pessoas, é preciso ir ao seu encontro e não ficar sentado confortavelmente na Câmara, ou na ACIF, como referiu, à espera que as pessoas venham reclamar.-----

Contudo, Senhor Vice-presidente o meu pedido de esclarecimento é que esclareça a esta Assembleia e à cidade do Funchal, quando é que acabam as obras da Rua do Bom Jesus e esclareça também, se é verdade ou mentira que o retrocesso que houve nas obras ainda há algumas semanas, está relacionado com o local de plantação das árvores, e se é verdade que se esqueceram que afinal tinham que plantar lá as árvores.”-----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara**, esclareceu: “A 1ª fase da Rua Dr. Fernão de Ornelas reabre ao trânsito na próxima segunda-feira e ficará assim até depois do Natal, uma vez que aquela é uma zona muito utilizada, não só na noite do mercado, mas em termos comerciais em toda esta época natalícia. -----

Na Rua do Bom Jesus neste momento está em curso o calcetamento dos passeios e concluir-se-á esse calcetamento no final deste mês. Foi um compromisso da empresa que está a fazer essa obra, que terminando o calcetamento da Rua Dr. Fernão de Ornelas, reforçará com esses elementos o calcetamento daquela rua. -----

Sobre o atraso daquela obra, ao contrário de algumas obras onde se abre a estrada, fecha-se e dois meses depois reabre-se o pavimento para colocar infraestruturas de outras empresas, aquela teve uma coordenação com várias entidades, nomeadamente com a Empresa de Eletricidade, a empresa de Telecomunicações e nós próprios com a substituição de redes de águas e saneamento básico. -----

Como fizemos o alargamento do passeio, a Empresa de Eletricidade fez essas infraestruturas numa zona do passeio onde iriam ser plantadas as árvores e tiveram que refazer e colocá-las mais a sul e não para o aumento do passeio, foi isso que se passou e plantar lá árvores estava no projeto inicial, o que houve foi um erro de uma das empreitadas

paralelas que estava a ocorrer no local, de infraestruturaco de outras condutas para redes de estabelecimento. -----

Disse que foi eleito pelos funchalenses, permita-me dizer-lhe que também são funchalenses os comerciantes da Rua 31 de Janeiro, da Rua 5 de outubro, de São João, das zonas limítrofes à Ribeira de João Gomes, todos esses que hoje em dia padecem pelas obras que o Governo Regional da Madeira ali fez, e até hoje não ouviram do Grupo Municipal do PSD uma palavra de conforto, portanto façam o favor de defender esses funchalenses também, porque os funchalenses não são só aqueles que ficam afetados por obras necessárias da Câmara do Funchal e que esta Câmara teve a coragem de fazer.-----

Estas obras não estão atrasadas desde que começaram, estas obras estão 20 anos atrasadas, porque vocês não tiveram a coragem de as fazer.”-----

- INTERVENOES: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC,** começou por referir que a bancada municipal do PPD/PSD voltou a brind-los com a apresentao de mais um Voto demagógico e que visa somente a polítca partidária.-----

Indo à questão da necessidade das obras na Rua do Bom Jesus disse que infelizmente existem outras ruas do Funchal, que visam a substituio da canalizao, da eletricidade, do saneamento básico e das guas.-----

Terminou dizendo que obra incompreensível é com certeza a da Marina do Lugar de Baixo, onde foi deitado dinheiro fora e que de nada serve a populao, o que já é prática do PPD/PSD.-----

- DEFESA DA HONRA: -----

--- **O Senhor Vereador Jorge Miguel do Vale Fernandes, do PPD/PSD,** pediu a defesa da honra porque: “Foi aqui dita uma mentira e eu gosto de ser honesto e de falar a verdade. O Senhor Vice-presidente com o Pelouro das Finanças, afirmou que ficou muito



surpreendido porque o tema não foi discutido, ora o tema foi discutido, deverá constar em ata, foi logo o segundo tema da reunião em que foi perguntado simplesmente e objetivamente porque é que a decisão tomada e aprovada no passado não está a ser implementada, demos apenas voz aos comerciantes que se sentem lesados com uma promessa não cumprida por este Executivo, foi só isso. -----

Não posso aceitar que seja aqui dito perante todos que não foi verdade, que não estávamos porque isso é mentira, portanto, as declarações surgiram em sequência da discussão da reunião de Câmara.” -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** também pediu defesa da honra porque: “Foi aqui referido que eu menti, portanto aquilo que eu disse foi que ontem não foi votada nenhuma deliberação sobre os benefícios e os apoios aos comerciantes da Rua do Bom Jesus, e eu vou passar a citar aquilo que foi ontem declarado: *O Vereador do PSD na Câmara do Funchal, Jorge Vale, lamenta o facto de o Executivo não ter aprovado uma proposta que pretendia beneficiar os comerciantes.* -----

O que eu digo é que não houve nenhuma proposta aprovada nem votada ontem, e isto é um facto.” -----

- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a **Proposta de Recomendação - Programa municipal de acompanhamento aos comerciantes e agentes económicos afetados pelas obras, na Rua do Bom Jesus e na Rua Dr. Fernão de Ornelas**, foi **aprovada por maioria** com vinte e dois votos a favor, sendo dezasseis votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e dezanove votos contra, sendo dezoito votos do GMC e um voto do JPP. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMC**, declarou

que votaram contra aquele documento porque no dia vinte e seis do mês de julho de dois mil e dezoito, foram aprovadas em reunião de Câmara as referidas isenções aos comerciantes. -----

Depois solicitou à Mesa que fosse distribuída aos vários grupos municipais ali presentes, cópia da Ata com a referida aprovação. -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** pediu para a Mesa esclarecer se ainda tem tempo para apresentar as suas Propostas, bem como para a declaração de voto. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que para a declaração de voto, conforme estabelece o Regimento, tem um minuto. -----

Depois continuando as declarações de voto deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** que declarou que o JPP votou contra aquela proposta, porque, como referido anteriormente, as isenções referidas já tinham sido aprovadas em reunião camarária. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD,** dirigindo-se ao Senhor Deputado do JPP, disse que a Proposta daquela bancada vai muito mais além daquilo que a Câmara disse que iria cumprir, mas que ainda não cumpriu. -----

Sobre o que disse o Senhor Vice-presidente da Câmara no sentido de só defenderem uma ou duas ruas do Funchal, objetou que pelo menos ainda defendem alguém do Funchal, ao contrário do Grupo Municipal da Confiança que votou contra os comerciantes da Rua do Bom Jesus, por isso aconselhou-os que, ao passarem na Rua do Bom Jesus, o façam de cabeça baixa.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** disse que é apanágio do Grupo Municipal do CDS-PP ser sempre defensor dos comerciantes, do

comércio, do pequeno comércio do Funchal e das pessoas. -----

Por isso, reivindicou ao Senhor Presidente da Câmara a implementação do Conselho do Comércio e Serviços na Cidade do Funchal, porque, para além de os comerciantes quererem dar a sua voz, se aquela medida já estivesse implementada aquela situação era evitável. -----

- **INTERPELAÇÃO À MESA:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do GMC**, interpelou a Mesa para no exercício das suas funções e num conteúdo pedagógico, explicar às bancadas o que é uma declaração de voto, porque, no seu entender, as declarações de voto são a explicação do sentido de voto e não para ripostar questões, esclarecimentos e intervenções que tiveram o seu lugar e o seu tempo para os gerir da melhor forma. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, não escusando a pertinência da interpelação, esclareceu que quando a palavra é dada para uma declaração de voto, não sabe o que será o seu teor. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, também pediu uma interpelação à Mesa para pedir ao Senhor Presidente da Assembleia para fazer o favor de ler para toda a Assembleia o artigo 51º do Regimento. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, conforme pedido, leu o nº 1 do artigo 51º: *São admitidas declarações de voto por parte dos membros da assembleia individualmente ou como representantes de grupo municipal, as quais podem ser posteriormente apresentadas por escrito diretamente à mesa, que as mandará anexar à data.*-----

Para justificar as diferentes interpretações da mesma coisa leu também o nº 4 do artigo 40º: *Apresentado à Assembleia Municipal o texto dos assuntos referidos nas alíneas c) e d), poderá usar da palavra para discussão um deputado de cada partido.*-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, interpelou a Mesa para transmitir que o PPD/PSD considera que todos os Deputados têm o direito de se pronunciar sobre as decisões que tomam, e que lhes deve ser permitido exprimir a sua opinião em relação a qualquer voto ou a qualquer ponto. -----

Contudo, também reconhece que o Regimento não prevê expressamente aquela questão, tendo em conta que o que está em causa é o princípio democrático de transparência, por isso deixou à consideração da Mesa, ponderar um entendimento que permita aos Senhores Deputados fazerem a sua própria declaração de voto. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a Mesa não tem primado por cortar a palavra a ninguém, e que há um diferendo de interpretação sobre o regimento que, como muito bem disse, não é perfeitamente explícito, por isso perante as razões que ali foram apresentadas, certamente terão oportunidade de o melhorar. -----

Depois, deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, que declarou que passaria de cabeça baixa se fosse conivente com uma Câmara que, vendo necessidade de fazer obras naquela rua, se demitisse dessa sua obrigação, por isso sempre que passar na Rua do Bom Jesus irá fazê-lo de cabeça bem erguida, porque as obras que estão lá a ser efetuadas são em prol do bem-estar da população funchalense e para beneficiar o futuro coletivo de todos que lá residem, trabalham e passeiam.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, antes de dar a palavra à **Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, recordou-lhe que a mesma tem apenas trinta segundos para apresentar as suas propostas, ao que esta retorquiu que tendo em conta as interpretações feitas, tem de ter mais tempo porque houve falha no relógio, não por culpa do Segundo Secretário, Senhor Deputado Roberto Vieira, que é quem está com essas funções na Mesa, e deixou o repto ao Senhor Presidente da

Câmara para envidar esforços para obter uma forma mais correta de avaliar os tempos. --

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a questão não é a avaliação dos tempos, porque o relógio de um modo melhor ou pior funciona, o problema é que como ali tem ficado patente e a experiência assim o mostra, há lacunas no Regimento que têm de ser melhoradas.-----

Depois, voltou a dar a palavra à **Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, que apresentou as seguintes propostas: -----

- **Proposta de Resolução – Pela imediata suspensão dos processos de atualização de**

processo/renda: “Nos últimos tempos a Câmara Municipal do Funchal, através da “SocioHabitaFunchal, E.M.”, procedeu ao envio de notificação oficial aos moradores dos bairros sociais do Município, por meio de carta, de uma exigência de apresentação urgente de documentação de cada agregado familiar, com vista à “atualização de Processo/Renda”. De forma coerciva, segundo os responsáveis municipais, a quem se atrasar na entrega dos documentos exigidos será concretizada “a imediata aplicação da Renda Técnica”. -----

Sem que nas referidas cartas enviadas pelos responsáveis pelo Município exista qualquer tipo de justificação ou informação detalhada sobre as razões de tais diligências, a não ser o aumento imediato do valor das rendas, naturalmente que se criou um alarme social. -----

Também o tom sancionatório, em que ganha particular impacto a linguagem intimidatória ou de retaliação a quem se atrasar na apresentação da documentação “no prazo de 30 dias úteis” após o recebimento da referida carta, gerou uma legitima indignação da parte dos moradores nos bairros sociais do Município do Funchal. -----

Na verdade, todo este processo, para além de extremamente mal conduzido, sem qualquer pedagogia informativa, comporta inaceitáveis injustiças sociais, uma vez que comporta uma linha de aumento das rendas sociais, sem que os seus critérios esteja, devidamente clarificados. -----

Assim, ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal do Funchal delibera que deverão ser suspensos todos os processos de “atualização de processo/renda”, até que sejam devidamente resolvidos os problemas que estão na origem do atual mal-estar social experimentado por parte dos moradores dos bairros sociais dirigidos pela “SocioHabitaFunchal, E.M.” -----

- Proposta de Resolução – Juventude com direito a Habitação “Programa Municipal de Apoio aos jovens no acesso ao Direito à Casa”: “A Habitação é um direito e uma condição para que haja qualidade de vida e dignidade humana. -----

Contudo, tal direito essencial não está a ser devidamente respeitado e cumprido; de facto, a situação política atual é caracterizada por uma cada vez maior desresponsabilização por parte do Estado em assegurar o direito a habitação.-----

Continuam elevadas as carências ao nível habitacional. No que concerne à construção de habitação, ao combate à especulação imobiliária, ao financiamento e à fiscalidade, o Estado tem vindo a alhear-se das suas funções e obrigações para com os cidadãos. -----

No Município do Funchal, o problema social da habitação ganha novos contornos e afeta especialmente a Juventude. Embora existam incentivos ao arrendamento de habitação por jovens, os programas que os regulam são manifestamente pouco atrativos, claramente insuficientes e nitidamente desligados das realidades específicas do Concelho, não constituindo nem fator de atratividade, nem forma de resolução dos problemas dos jovens do Funchal. -----

No Município do Funchal, a habitação social especificamente para jovens não tem sido promovida, não existindo experiências por parte da Autarquia, nem estando previstos programas ou investimentos nesta área concreta de apoio público à Juventude para o direito à habitação.-----

A verdade é que os jovens, aqueles que reúnem condições, têm vindo a endividar-se cada

vez mais para a aquisição de casa própria, um endividamento a longo prazo que vai hipotecar todo o seu futuro, ficando a pagar ao longo de décadas, e com a crescente inflação, um valor muito superior ao verdadeiro custo da casa que adquirem. O recurso ao crédito bonificado foi, em tempos, a única solução para os jovens adquirirem casa própria, tendo em conta a precariedade laboral e os baixos salários a que muitos estão sujeitos. Entretanto, a governação decidiu retirar o crédito bonificado, medida que constituiu uma grande injustiça o que veio prejudicar gravemente os jovens, penhorando o seu futuro e adiando a sua autonomia face aos pais.-----

Num tempo em que a Juventude é particularmente penalizada pelas políticas de regressão social, face ao atual agravamento das condições da vida a Juventude e, do desemprego, da precariedade, dos baixos salários, do aumento do custo de vida, a concretização do direito a ter uma habitação condigna para viver é cada vez mais difícil. Estamos, assim, num tempo em que mais se justifica a concretização de novas respostas aos novos problemas sociais da habitação e em que mais se requer uma audaz e inovadora resposta pública na proteção e efetivação dos direitos económicos e sociais através da atribuição de formas de apoio à Juventude na região Autónoma da Madeira. -----

Impõe-se como indispensável a criação de instrumentos fundamentais no Município quanto ao acesso à habitação, em moldes funcionais e operacionais devidamente ajustados às reais necessidades dos jovens. Para tal, é justo perspetivar novos apoios à habitação no Município, e é particularmente urgente concretizar programas de apoio ao arrendamento social por jovens, condição indispensável para que se criem condições efetivas de emancipação, nomeadamente no que toca às questões de habitação.-----

É neste sentido que se cria através da presente Proposta de Resolução, um programa extraordinário de âmbito municipal para a efetivação de novas soluções de arrendamento de habitação especificamente para jovens e a preços sociais.-----

Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal do Funchal delibera aprovar a criação de um Programa Municipal de Apoio aos jovens no acesso ao Direito à Casa”. -----

- **INSCRIÇÕES:**-----

--- **O segundo Secretário da Mesa, Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do Grupo Municipal Nova Mudança (MPT)**, para poder intervir foi substituído pela Senhora Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, do PPD/PSD.-----

Intervindo, destacou a **Proposta da Imediata suspensão dos processos de atualização de renda**, por lhe parecer preocupar um maior número de munícipes e porque considera que a Câmara está a fazer aquela atualização de forma amedrontadora, intimidatória e coerciva, enviando os documentos sem o logotipo da Câmara Municipal do Funchal ou da Empresa SocioHabitaFunchal. -----

Depois, deu como exemplo uma situação em que um casal de munícipes foi informado que, por ter um filho, a trabalhar como Engenheiro, tem de sair da casa, porque usufrui de um bom ordenado e por isso tem a possibilidade de comprar casa, mas esqueceram-se de perguntar se ele, eventualmente, a contrato, tem condições para poder pagá-la durante anos. Caracterizou, então, aquela forma de fazer politica social como sendo de zero.-----

Depois, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal, disse que este informou no *Tribuna da Madeira* e no *Diário de Noticias* que os moradores do Bairro da Penha de França iriam para o Bairro dos Viveiros, mas que isso é mentira porque alguns estão a ir para o Bairro da Quinta Falcão, por isso ganhou as eleições e governa aquela Casa com maioria absoluta, mentindo e enganando as pessoas.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, disse: “O PTP sobre esta proposta do PCP/PEV-CDU da **Imediata suspensão dos processos de atualização de renda** da SocioHabitaFunchal, não podia estar mais de acordo, porque eu acho que a Câmara Municipal do Funchal tem por hábito implementar rigor e o



cumprimento da Lei sobre aqueles que são os mais desfavorecidos, sobre os mais pobres entre os pobres, porque a Câmara tem setores para onde deveria de facto vocacionar essa mão pesada e esse cumprimento da Lei.-----

Portanto, aquele escrutínio permanente daqueles que estão a usufruir de benefícios sociais no caso em particular, em que assistimos às reivindicações e lamentações dos munícipes que vieram hoje aqui manifestar a sua indignação pelo aumento coercivo das rendas, eu acho que é um ataque aos mais pobres entre os pobres e uma Câmara que se diz inclusiva e socialista, não toma esta decisão de uma forma avulsa e sem justificar devidamente a população. -----

Porque para uma família com poucos rendimentos, pagar 29 euros de renda é muito dinheiro, eu, infelizmente, conheço muita gente que é com muita dificuldade que irá conseguir arranjar esse valor para conseguir pagar a renda da sua casa. Infelizmente a nossa economia não consegue dar emprego com direitos suficientes para que as pessoas possam atender às suas necessidades de habitação, e, por conseguinte, pagar uma renda à SocioHabitaFunchal, por muito que insignificante que ela possa ser. E isto por si só, já explica o quanto nós falhamos enquanto agentes políticos, enquanto eleitos pela população do Funchal. -----

Depois, vejo um determinado rigor em relação à SocioHabitaFunchal que não vejo em certos investimentos que a Câmara Municipal do Funchal faz. -----

Tive oportunidade de consultar o *site* dos contratos públicos e deparei-me, novamente, com a contratação, pela Câmara Municipal do Funchal, da ACA - Associação Conversa Amiga, que já lhes tinha dado 70 mil euros no início do ano e que vem agora dar mais 100 mil euros a uma Associação, que no passado a única coisa que fez foi implementar cacifos para os sem abrigo da cidade. -----

Eu não sei para que efeito, de facto, a Câmara Municipal do Funchal decidiu fazer este

investimento, porque se é para fazer mais cacifos, parece-nos no mínimo indecoroso porque isso está longe de ser a solução para o problema da reintegração dos sem abrigo na cidade do Funchal.” -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as propostas apresentadas pelo **PCP/PEV-CDU**:-----

- **Proposta de Resolução – Juventude com direito a Habitação “Programa Municipal de Apoio aos jovens no acesso ao Direito à Casa”**, foi **aprovada por unanimidade** com quarenta e um votos a favor, sendo dezoito votos do GMC, dezasseis votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação da Nova Mudança (MPT) e um voto da JPP. -----

- **Proposta de Resolução – Pela imediata suspensão dos processos de atualização de processo/renda**, foi **aprovada por maioria** com dezanove votos a favor, sendo dezasseis votos do PPD/PSD, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT), dezoito votos contra do GMC e quatro abstenções, sendo três do CDS-PP e uma do JPP. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO**:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, do GMC**, declarou o seguinte: “Quero dizer-vos que a Câmara está a fazer muito bem em pedir todos os documentos às pessoas que residem no Bairro de Santa Maria, porque há famílias que realmente até ganham bem, há famílias que ganham menos bem e há outros que não estão lá e fazem que lá estão. ----- Por isso é bom que se faça justiça, porque justiça é realmente saber quem é que vive naquela habitação, pois acontece que muitas vezes “batem à porta” da Junta de Freguesia, para solucionar problemas com telhas, com infiltrações e depois pagam 50 cêntimos de renda, o que é desonesto para com quem vive ao lado e paga 29 euros. -----



Portanto, que se corrijam essas situações, porque há pessoas no Bairro de Santa Maria que estão revoltadíssimas por realmente não poderem pagar esse valor, mas para que haja justiça temos que pedir os documentos e atualizar as rendas. -----

Não há aqui nenhuma intimidação, é apenas o esclarecer, como a Vereadora Madalena disse, caso a caso, e por isso não há razão para temer porque quem não deve não teme.”

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, aproveitando aquela declaração de voto disse que aquela bancada entende que através do artigo 61º do Regimento, é possível criar uma Comissão Eventual de trabalho definida pelos líderes municipais, pelo Presidente da Assembleia, pelo Executivo municipal, pelo Presidente da Junta de Freguesia, com o Presidente da SocioHabitaFunchal e por um grupo de moradores, porque aquela discussão deve ser alvo de uma análise mais profunda, para que os partidos da oposição tenham mais informação sobre aquela matéria. -----

--- Por esta ocasião, o **Senhor Presidente da Assembleia** pediu a uma munícipe que assistia à Sessão, e por já ter sido advertida de que não se podia manifestar, que abandonasse a sala. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, clarificou que as cartas que todos os moradores estão a receber nos vários bairros sociais, têm um carácter intimidatório e que a SocioHabitaFunchal tem mais do que uma versão nos esclarecimentos que está a prestar aos munícipes. -----

Daí que a confusão que está a ser gerada, muitas das vezes acaba por ser agravada pela desinformação da Autarquia. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, da Coligação Nova Mudança (MPT)**, usou aquele tempo para dar um exemplo de que, embora o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, passe um atestado de residência a um munícipe, a SocioHabitaFunchal, à mesma família, ameaça e intimida

dizendo que o mesmo não vive naquela casa.-----

Por isso, questiona se são os Técnicos da SocioHabitaFunchal, o Serviço Social da Câmara ou o Senhor Presidente da Junta que fala a verdade. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC**, declarou que votou contra aquela Proposta, porque a Assembleia Municipal não tem poder sobre a SocioHabitaFunchal, daí que qualquer proposta sobre as empresas municipais emanadas da Assembleia Municipal, não tem qualquer utilidade. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que se trata de uma Proposta e não de uma deliberação.-----

De seguida, deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, que reafirmou o seu sentido de voto pela proposta do PCP/PEV-CDU, porque do acompanhamento que faz sobre os trabalhos e serviços prestados pela Câmara Municipal do Funchal e pelas várias empresas públicas, considera que funcionam de forma anárquica, mas quando lançam o rigor e implementam a legislação tal como ela é, começam nos mais pobres, por isso subscreve na íntegra e junta-se às pessoas que ali vieram manifestar a sua revolta perante a ação da Câmara Municipal do Funchal.-----

Contudo, está de acordo com os Senhores Deputados Municipais sobre as ilegalidades que mencionaram. -----

- **DEFESA DA HONRA:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, do GMC**, pediu defesa da honra para rebater a questão que o Senhor Deputado Roberto Vieira quis lançar relativamente à sua pessoa, porque insinuar situações e deixá-las no ar não é a forma correta de verter casos. -----

Depois, explicou que os atestados de residência são feitos de três formas: por declaração

do Presidente da Junta de Freguesia, por testemunhas ou por declaração do próprio. As declarações do Presidente da Junta de Freguesia são feitas com base nos registos do recenseamento das pessoas, portanto se existem declarações falsas, nomeadamente, na residência oficial da pessoa, essa responsabilidade deve de ser imputada a quem a fez. --

--- Por já passar das treze horas, o Senhor Presidente da Assembleia comunicou o intervalo para o almoço com a continuação dos trabalhos a partir das catorze horas e trinta minutos.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu início à ordem de trabalhos, anunciando que o **Ponto um - Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal do Funchal, em observância do disposto no n.º 1 do art.º 67º do mesmo e da al. a) do n.º 1 do art.º 26º da Lei nº 75/2013, de 12/09** é uma proposta da Mesa da Assembleia Municipal decorrente da informação de que a JPP se desvinculou da Coligação Confiança, e à semelhança, do que já aconteceu no debate Específico sobre o plano de ação para a mobilidade urbana sustentável do Funchal e o encerramento da Rua Dr. Fernão de Ornelas, e no PAOD daquela Sessão, em Conferência de Líderes foi feita a alteração em relação aos tempos de intervenção, juntando-se o JPP com o tempo igual ao dos partidos com Deputado Único.-----

Assim, foi acordado por unanimidade, na Conferência de Líderes, que para a Assembleia daquele dia, sem prejuízo de outras alterações que possam ocorrer, no nº 2 do artigo 47º se diga que: *No período antes da ordem do dia das sessões ordinárias para o mandato de 2017 a 2021 o tempo de intervenção será de:* -----

- *Coligação Confiança – 24 minutos*-----
- *PPD/PSD – 21 minutos*-----
- *CDS-PP – 6 minutos*-----
- *Coligação Nova Mudança (MPT) – 3 minutos*-----

- *PCP/PEV-CDU – 3 minutos*-----
- *PTP – 3 minutos*-----
- *JPP – 3 minutos*-----

E em relação ao período da ordem do dia que agora se inicia os tempos são:-----

- *Coligação Confiança – 38 minutos*-----
- *PPD/PSD – 24 minutos*-----
- *CDS-PP – 14 minutos*-----
- *Coligação Nova Mudança (MPT) – 6 minutos*-----
- *PCP/PEV-CDU – 6 minutos*-----
- *PTP – 6 minutos*-----
- *JPP – 6 minutos*-----

Depois, colocou à consideração dos Senhores Deputados Municipais que votem primeiro aquela proposta e seguidamente deliberem a nomeação de uma Comissão como manda o nº 2 do artigo 67º do Regimento, para elaborarem uma revisão mais aprofundada do mesmo, juntando as restantes propostas mais abrangentes, incluindo a questão da gravação das sessões e a extinção de artigos.-----

- INSCRIÇÕES:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC,** disse que a bancada municipal do GMC é contra a criação da Comissão.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que assim a Mesa propõe que toda a matéria seja remetida à Comissão, e que naquela Sessão vigore o Regimento anterior, ficando o JPP a ter que falar dentro do tempo do Grupo Municipal da Confiança. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC,** apelou ao bom senso daquela Assembleia, no sentido de aproveitar aquele ponto para discutir tanto a proposta da Mesa, como todas as propostas que, entretanto, deram

entrada. Esperarem pela criação de uma Comissão é estarem a manter uma situação regimental, fruto da saída do JPP da Coligação Confiança, que iria criar algumas distorções e o seu protelamento não irá trazer mais valias ao funcionamento normal daquela Assembleia.-----

Lembrou ainda que a primeira alteração do Regimento foi feita no início daquele mandato, com mudanças muito mais significativas e com outro impacto, e nem assim foi criada qualquer Comissão. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, dando razão àquelas observações, disse que propôs fazerem a correção aos tempos que são propostos pela Mesa, e tudo o resto teria que ser necessariamente para a Comissão, porque não foi feita uma alteração ao Regimento, mas um novo Regimento, pelos Líderes e pelos Grupos Municipais e apresentados depois pelos respetivos Líderes.-----

E, apelando ao bom senso e ao bom funcionamento daquela Assembleia, sendo da concordância de todos, na presente Sessão, tratar-se-á dos tempos em que a Coligação Confiança no PAOD passariam a ter vinte e dois minutos e o PPD/PSD passaria a ter vinte minutos. As restantes alterações transitarium para a Comissão e a Mesa passaria a dar como válidas as propostas, e com base nas mesmas, passariam para a revisão do Regimento.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, do GMC**, disse compreender a argumentação do Senhor Presidente da Assembleia, mas que se é fundamental acontecer a Comissão para as restantes propostas e seguindo o que está na norma regimental, questionou a Mesa relativamente ao regimento que está definido para a discussão do Orçamento, uma vez que o Artigo 28º-A diz que tem de haver um Regimento Específico para tal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que foi decidido por

unanimidade em Conferência de Líderes que não seria necessário utilizar naquela Assembleia o Artigo 28º-A. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, em relação àquele ponto disse que a Conferência de Líderes não vincula aquela Assembleia, porque aquela tem plenos poderes para tomar as decisões que entender, portanto aquela decisão não pode ser vinculativa. Acrescentou, ainda, que o Senhor Presidente anteriormente disse que aquela não era uma proposta de alteração ao Regimento anterior, mas sim a apresentação de um novo Regimento.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** interrompeu-o esclarecendo que logo a seguir às Eleições foi feito um novo Regimento, e o que agora é apresentado é uma alteração a esse Regimento.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira**, continuando, pediu desculpa pelo seu mal-entendido. Depois recorreu para o Plenário para que fossem decididos que os pontos de alteração fossem englobados ou não. E questionou como irá ser aplicado o Artigo 28º-A naquela Assembleia, sem violar o Regimento.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** para melhor elucidar a não aplicação do Artigo 28º-A citou-o: *A sessão da Assembleia Municipal destinada à discussão das Opções do Plano e da Proposta de Orçamento, bem como as respetivas Revisões, terá um regimento de funcionamento específico a ser definido pela Conferência de Representantes.*-----

Assim, como já referiu anteriormente, a Conferência de Representantes definiu que o Regimento era o que estava em vigor, pelo que o mesmo não foi desrespeitado. -----

Contudo, o que é ilegal é fazer alterações profundas ao Regimento sem passar pela Comissão, como o próprio obriga.-----

Como tal, porque existe um Senhor Deputado do JPP que por abandonar uma Coligação,



tem direito a se pronunciar e essa alteração tem de ser executada no início dos trabalhos, para que aquela Assembleia funcione sem estar ferida de ilegalidade, ou a Assembleia lhe retira o direito de se pronunciar ou obriga a Mesa a utilizar o Regimento anterior. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, pediu um intervalo regimental.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** concordou com o intervalo para se reunir com os Líderes. -----

Retomando os trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** anunciou que conforme o resultado da reunião de Líderes, a Mesa vai colocar à votação da Assembleia duas propostas: -----

- Primeira: retirada do Ponto Um da Ordem de Trabalhos. -----

- Segunda: baseada no Artigo 28º-A do Regimento, considera que dado o tema, aquela reunião de representantes fez um Regimento Especifico para aquela Assembleia, em que os tempos a vigorar será só única e exclusivamente naquela Assembleia. Serão trinta e dois minutos para a Coligação Confiança, vinte e quatro minutos para o PPD/PSD, catorze minutos para o CDS-PP, seis minutos para a Coligação Nova Mudança (MPT), seis minutos para o PCP/PEV-CDU, seis minutos para o PTP e seis minutos para o JPP.-----

--- Depois, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação **a Proposta da Mesa para a retirada da Ordem de Trabalhos do Ponto um - Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal do Funchal**, em observância do disposto no n.º 1 do art.º 67º do mesmo e da al. a) do n.º 1 do art.º 26º da Lei nº 75/2013, de 12/09, sendo a mesma **aprovada por maioria** com quarenta e dois votos a favor sendo dezanove votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da JPP e uma abstenção da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- O Senhor Deputado Municipal **Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, do GMC**, pediu que lhe fosse esclarecido se foram retirados seis minutos ao GMC do tempo que tinham no anterior Regimento, ou se são os seis minutos que quiseram ceder ao JPP. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que a cedência desses minutos resultou do Líder do GMC, na reunião que acabou de se realizar. -----

Depois, colocou à votação a **Proposta da Conferência de Líderes para a alteração dos tempos de intervenção (Artigo 47º)**, apenas naquela sessão, tendo a mesma sido **aprovada por maioria** com quarenta e dois votos a favor sendo dezanove votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto da JPP e uma abstenção da Coligação Nova Mudança (MPT). -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para a apresentação do **Ponto dois - informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, que se transcreve: "Neste ponto vou tentar dar a minha leitura daquilo que é a informação que o Presidente presta a esta Assembleia que não deixa de ser sempre um exercício que gosto de fazer, porque habitualmente no nosso dia a dia e naquilo que vai sendo a ação política, esta é uma oportunidade de balanço e de fazermos uma revisão daquilo que foi uma ação política e, portanto, é sempre um momento que me apraz pelo balanço que se pode fazer. Nós às vezes nem nos apercebemos até daquilo que se faz em prol das pessoas porque a nossa ação nesta Autarquia, tem se pautado sempre por termos um pensamento estratégico, por termos soluções integradas e acima de tudo procuramos envolvermo-nos na resolução dos problemas das pessoas e tratar as pessoas como pessoas. -----
Não temos tido uma perspetiva e esta análise que fiz nestes últimos três meses de só nos



preocuparmos quando há eleições, nós temos um programa eleitoral e compromissos eleitorais que vamos cumprindo e é nessa estratégia e nessa linha, que efetivamente temos a nossa ação e concretização de medidas políticas, na correção de assimetrias e de problemas estruturais do nosso concelho que têm vindo a ser resolvidos. -----

Nesse âmbito, é com muita satisfação que nos foi atribuída novamente a Bandeira do Eco XXI, atribuída pela Associação Bandeira Azul da Europa, pelo quarto ano consecutivo, ao Funchal, como sinal das boas práticas ambientais, de excelência, em vários domínios do Ambiente, desde a limpeza urbana, a recolha de resíduos, ruído, espaços ajardinados e as questões ligadas essencialmente pelo trabalho feito pelo nosso Departamento de Ambiente, não posso deixar de aqui salientar o excelente desempenho dos nossos colaboradores, e este ano tivemos um record, são vinte e um indicadores e tivemos a maior percentagem de 75,7%, o que significa que estamos a evoluir e a melhorar aquele que é o nosso desempenho e acima de tudo aquela que é a nossa qualidade de vida, porque é isso que está aqui em causa. -----

Outra área importante desta Autarquia, os **Recursos Humanos**, temos estado a desenvolver os concursos para a entrada de novos colaboradores para o quadro desta Autarquia, mas não nos preocupamos só com a entrada de novos, temos também de valorizar aqueles que aqui estão e que já desempenham a sua função. Isso tem acontecido com ações a começar pelo acordo coletivo de trabalho realizado com todos os Sindicatos, e temos também que refletir essa valorização na própria medicina do trabalho da Autarquia, incluímos também a integração dos precários nos quadros. -----

Tínhamos igualmente uma situação que era a da mobilidade entre carreiras, ou seja, estamos a falar de pessoas que ao longo dos anos adquiriram mais habilitações, mais formação e por terem adquirido outro grau de habilitação estão aptas a poder desempenhar outras funções e com isso auferir também melhores vencimentos. -----

É por isso que nós entre esta mobilidade entre carreiras, já deliberámos consolidar 30 Técnicos Superiores, que de Assistentes Operacionais e Assistentes Administrativos passam a Técnicos Superiores, e também 20 Assistentes Operacionais que passam a Assistentes Técnicos, por essa razão, esta decisão legítima e esperada por parte dos nossos colaboradores é agora concretizada.-----

No âmbito da **Cultura e de Infraestruturas da Cultura**, foi esta semana assinado um contrato de consignação da obra do Museu de História Natural, no Museu Municipal, no valor de 1 milhão de euros, estando apta a empresa que ganhou o concurso a poder realizar esta importante obra num património municipal no Palácio de São Pedro, e que vem não só assegurar melhores condições a quem lá trabalha, mas também reabilitar um edifício que é da Autarquia.-----

Na **Causa Animal**, continuamos com a vacinação e a identificação eletrónica dos cães, e gostaria aqui de agradecer a colaboração de todas as Juntas de Freguesia neste sentido, nós já vacinamos e identificamos através de chip mais de 1500 animais, este também é um caminho no âmbito da Causa Animal e dos problemas que durante anos neste concelho existiram. -----

Nas **Obras Públicas**, este ano nós já adjudicámos 48 empreitadas com um facto significativo de que com as mesmas temos dado estes trabalhos a 24 empresas. Isto significa que temos uma preocupação, não só de transparência, mas da diversificação de diversas empresas do ramo da construção civil, não criando aqui qualquer tipo de favorecimentos, mas acima de tudo tentando que as empresas da Região possam ter no que diz respeito ao concelho do Funchal oportunidade, e este é um sinal de que estamos no bom caminho, no caminho da transparência. -----

Concluimos uma obra no Caminho da Ponta da Laranjeira, em São Martinho, no valor de 270 mil euros, que dá acesso não só a habitações, mas também a uma zona agrícola de

bananeiras. -----

Concluimos também duas importantes pavimentações, a da Estrada de São João entre o Madeira Tecnopolo e a Universidade da Madeira, e a pavimentação da Estrada Monumental na Rotunda da ASSICOM até ao Caminho do Arieiro.-----

É importante dizer que nós temos apostado muito nestas repavimentações e com incidência nas zonas altas, onde relembro a pavimentação da zona dos Lombos no valor de 1,4 milhões de euros e 19 km de estradas pavimentadas. Este é um esforço muito grande que temos feito, mas necessário num plano que tem sido realizado de repavimentação faseada nas estradas e caminhos do nosso concelho.-----

Temos tido também a preocupação na **Revitalização do Comércio e da Dinamização da Economia**, onde o Balcão do Investidor tem sido um importante instrumento para dar apoio a quem quer investir na cidade do Funchal, porque para a informação necessária para uma ideia de negócio, os nossos Assistentes Municipais acompanham todo o processo. Estes investidores, que são mais de 4200 até à data, têm recorrido a este espaço e posso dizer que também estamos muito satisfeitos com os nossos colaboradores, sempre elogiados na forma ágil e eficiente como dão resposta às questões e às necessidades destes investidores. -----

No que diz respeito à **Educação**, estão abertas as candidaturas às Bolsas Universitárias e até à data já se candidataram 824 alunos do Ensino Superior residentes no Município do Funchal. Estas candidaturas decorrem até ao final do mês de novembro.-----

Na parte **Social**, nós novamente também recebemos o Galardão da Autarquia Mais Familiarmente Responsável, e o Funchal é efetivamente uma cidade amiga das famílias. - Quero falar também do apoio no âmbito das creches que foi alargado para o ensino privado, e ainda bem que também o Governo Regional agora se lembrou, e bem, de poder diminuir o valor das creches e dos encargos que as famílias têm inicialmente.-----

Este Galardão tem muito a ver com o Programa de Apoio à Família e à Natalidade que engloba: o subsídio à natalidade até aos 3 anos, o apoio às creches, o apoio na saúde, o apoio na aquisição de óculos ou lentes. Temos ainda os Manuais Escolares, as Bolsas Universitárias, o IMI Familiar, o Subsídio Municipal ao Arrendamento, o Apoio aos Medicamentos.-----

Portanto, todos estes programas sociais estruturados num regulamento, para haver equidade, têm feito com que o Funchal seja reconhecido com este galardão.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, começou por dizer que espera que a Criação do Programa Municipal de Acompanhamento aos Comerciantes que estão a ser afetados pelas obras na Rua do Bom Jesus e também nas obras da Rua Dr. Fernão de Ornelas, ali aprovado, seja colocado em prática e que respeite a decisão dos Deputados, ao contrário de outras recomendações ali aprovadas e que a Câmara não teve vontade e coragem para as colocar em prática.-----

Depois, sobre a afirmação do Senhor Vice-presidente que os comerciantes da Rua do Bom Jesus já beneficiavam da isenção de taxas desde junho/julho de dois mil e dezoito, perguntou qual o número de comerciantes que beneficiam dessa isenção de taxas.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, disse ter algumas questões muito objetivas relativas aos compromissos eleitorais feitos pelo Presidente ao eleitorado do Funchal.-----

- Passado um ano, porque é que ainda não executou o anunciado e prometido Subsídio Municipal de Arrendamento Jovem?-----

- Passados três anos, porque é que ainda não executou a Descentralização de Competências para as Juntas de Freguesia, relativamente ao Programa do Subsídio ao Arrendamento, proposto pelo CDS-PP e aprovada por maioria?-----

- Atingiu a Câmara Municipal do Funchal a meta de reciclagem de cinquenta por cento dos resíduos urbanos até dois mil e dezassete, como anunciado no programa eleitoral, ou apenas se mantém nos trinta por cento, como anunciado na última Assembleia Municipal? Houve ou não uma participação ativa do CDS-PP na parte da não execução do aumento da DERRAMA na cidade do Funchal. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal, Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, do PPD/PSD**, questionou se a suspensão na Comparticipação Municipal para a Aquisição de Medicamentos está ou não ultrapassada e se as pessoas já estão a receber aquele apoio. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que esclareceu o seguinte: -----

- **Ao Senhor Deputado João Paulo Marques**, esclareceu que aquele assunto antes de ali ter sido aprovado, já tinha sido deliberado em reunião de Câmara e que já estava em execução. Assim, todos os comerciantes da cidade do Funchal beneficiam de cinquenta por cento, tanto na publicidade como na ocupação do espaço público, com o critério já explanado pelo Senhor Vice-presidente anteriormente. -----

E aproveitou a oportunidade, apelando a todos os comerciantes que se dirijam à Câmara, para requererem aquela isenção nos termos da deliberação aprovada. -----

- **Ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta**, sobre o Subsídio Municipal ao Arrendamento Jovem, informou que já existe um Subsídio Municipal ao Arrendamento, e o anunciado em campanha eleitoral não foi um subsídio, mas sim um programa com rendas a baixo custo para os jovens e associado à reabilitação urbana. -----

Quanto à Descentralização de Competências, confessou que não percebeu aquela questão, porque têm tido com as Juntas de Freguesia, uma articulação na implementação dos programas sociais, ou de outras matérias como as que referiu da vacinação e do chip

para os cães.-----

No que diz respeito à percentagem da Reciclagem, irá tentar obter esses dados para depois dar-lhe uma resposta sobre a mesma.-----

Quanto à questão da DERRAMA, disse que os únicos que votaram uma DERRAMA no valor máximo, naquela sala no valor de um e meio por cento em dois mil e doze, foram o PPD/PSD e o CDS-PP, como confirmam as Atas.-----

- **À Senhora Deputada Vera Coelho** clarificou que o problema que tiveram com os cartões, já está completamente regularizado.-----

--- Continuando os pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Carlos André Camacho Alves, do PPD/PSD**, que questionou a finalidade e custo das aquisições de imóveis e prédios, mencionados no ponto três do Relatório de Atividades, e de esta mesma intenção não ter sido discutida em reunião de Câmara.-----

Também aproveitou a oportunidade para falar sobre a postura do Vice-presidente da Câmara, que demonstrou pouco respeito para com os Deputados presentes na Bancada Municipal do PSD, quando apresentou o Orçamento no Conselho Municipal de Juventude, onde estiveram também representadas cerca de quarenta Associações.-----

- **DEFESA DA HONRA:**-----

--- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara** clarificou que não ofendeu ninguém apenas congratulou um dos representantes da JSD, pela forma cordial, educada e estruturada como apresentou a sua intervenção no Conselho Municipal de Juventude, e que seria uma pessoa que teria valor para integrar uma bancada.-----

Pelo que não vê nas suas palavras qualquer tipo de ofensa, mas sim algo de positivo e de que deveriam ficar até satisfeitos, porque têm nos seus quadros pessoas com capacidade como aquela que ali se manifestou.-----

--- **O Senhor Vereador João Pedro Vieira** quis também defender a honra de todo o Executivo e não só a do Senhor Vice-presidente, porque também esteve a assistir ao referido Conselho, e num momento de franco diálogo sem qualquer tipo de altercação e falta de respeito, o Senhor Vice-presidente teceu um elogio a um dos presentes, que na altura não representava o PSD, mas sim a Juventude Social Democrata. E que até na sequência dessa reunião surgiu um parecer que ainda naquele dia, será distribuído pelos Senhores Deputados.-----

Por isso, não podia deixar de passar aquela observação à semelhança de outras que já foram feitas pela Bancada Municipal do PSD, sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Juventude e que acabaram por se demonstrar falsas com a entrega de documentação, na penúltima Assembleia Municipal.-----

Terminou, dizendo que apesar da postura do Executivo, mais não ter sido do que de profunda colaboração e de profundo respeito com o Conselho Municipal de Juventude, a reunião do dia anterior, acabou por sair, infelizmente, totalmente descredibilizada pela informação do Senhor Deputado Carlos André. Tem, assim, que lamentar aquilo que lhe parece uma profunda mentira sobre a postura do Senhor Vice-presidente e daquele Executivo, relativamente àquele Órgão.-----

--- Voltando aos pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD**, que realçou não admitir as críticas feitas a propósito da reunião do Conselho Municipal de Juventude.-----

Depois, sem querer dar relevo à propaganda e à utilização dos recursos públicos enquanto Presidente daquela Câmara, para outras aspirações, referiu-se à intervenção e à forma como tem liderado a Autarquia no último ano, com as seguintes questões:-----

- Se tem cumprido, no exercício do seu poder, a prerrogativa de dar resposta às questões

que são lançadas pela oposição. -----

- Se entregou todos os estudos para a Polícia Municipal. -----

- Se entregou a identificação de todos os prédios reabilitados pela Câmara Municipal. -----

- Se apresentou a monitorização efetuada no património arbóreo do Largo da Fonte. -----

- Se tem a humildade de reconhecer que falhou para com a oposição. -----

- Se tem sido um Presidente que respeita com transparência e com os critérios que diz ter, a oposição no seu trabalho de fiscalizar o Executivo camarário. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, tal como no PAOD, voltou a questionar para que efeito é que serão utilizados os cem mil euros, que foram empregues na ACA – Associação Conversa Amiga – e qual é a mais valia do contrato estabelecido com aquela Associação. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que, respondendo às questões dos Senhores Deputados começou pelo: -----

- **Senhor Deputado André Alves**, a quem disse que na questão das aquisições de imóveis para reabilitação urbana na cidade do Funchal, a Câmara, depois de uma primeira fase em que houve uma área de reabilitação urbana, com benefícios dados pela autarquia para incentivar os privados a poderem reabilitar, se adquirem, agora, edifícios para a sua reabilitação, “contagiando” e complementando aquilo que os privados estão já no momento a fazer de uma forma exemplar. -----

Dessas aquisições, deu o exemplo da Antiga Estação de Comboio do Monte, que no momento se encontra em fase de conclusão do respetivo projeto para, depois, executar as ideias que têm para o Largo da Fonte, entre outras, no Centro Histórico do Funchal. -----

Aproveitou, também, para esclarecer que o Edifício da *Felisberta*, ao contrário da acima referida, tem tido na sua aquisição alguns problemas do foro jurídico, nomeadamente porque além de serem nove os herdeiros, existe uma hipoteca sobre o edifício tem impedido



a aquisição, encontrando-se no momento o Departamento Jurídico e de Contratação, a tentar resolver o problema.-----

- **Ao Senhor Deputado Bruno Melim**, disse que não esteve presente na reunião do Conselho Municipal de Juventude, mas que com todos os erros e defeitos que possa ter, tem orgulho em respeitar a oposição e naquilo que é o direito de oposição, seja na documentação, seja na entrega de informação.-----

Quanto ao facto de utilizar a sua função de Presidente da Câmara Municipal para propaganda eleitoral, contestou dizendo, quando é que o candidato Presidente do PSD e atual Presidente do Governo Regional, se distinguem?-----

- **À Senhora Deputada Raquel Coelho**, esclareceu que, para além da ACA – Associação Conversa Amiga, também a CASA, a AMI e outras instituições trabalham em rede com a Autarquia, porque só conseguem fazer a diferença se todos estiverem a trabalhar em cooperação e com o mesmo objetivo.-----

E, para além de ser com o trabalho realizado pela ACA – Associação Conversa Amiga, que aquele Município mais se identifica, ela é reconhecida por fazer um trabalho exemplar noutras cidades do País, como por exemplo, em Lisboa onde começou pelos cacifos, que são apenas o motivo para uma aproximação àquelas pessoas em situação de sem abrigo. Para as retirar da rua é necessária uma casa, por isso houve um aumento para cem mil euros em relação ao ano anterior para a ACA poder alugar habitações de transição, que permitirá às pessoas, em situação de sem abrigo, ganharem capacidade para poderem reconstruir a sua vida de forma autónoma e independente, dando assim execução à estratégia da Câmara.-----

--- Voltando aos pedidos de esclarecimento o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, que começou por colocar as seguintes questões:-----

- No tocante à perspectiva de Revitalização e Requalificação do Mercado Municipal dos Lavradores, ela foi feita em acompanhamento com quem lá trabalha e exerce o seu negócio diariamente? Foram tidas em conta as preocupações colocadas? -----

- Porque é que alguns Trabalhadores do Departamento de Salubridade da Autarquia, não estão a usar fardamento? É que numa ação de rua da CDU, constatou que um grupo de Trabalhadores do referido Departamento estava a trabalhar com o seu próprio vestuário. -

- Seria possível ser entregue à Assembleia o levantamento pormenorizado sobre as bocas de incêndio, uma vez que tinha sido um compromisso assumido pelo Senhor Vereador João Pedro Vieira, na última Sessão daquele órgão?-----

Para terminar, fez questão de clarificar que na reunião do Conselho Municipal de Juventude, onde também participou, a intervenção do Senhor Vice-presidente foi muito aligeirada, porque essas reuniões são de alguma maneira informais, mas sem que houvesse ofensa, porque se isso tivesse acontecido teria sido a primeira também a fazer essa chamada de atenção. E aquela clarificação não é com o intuito de defender alguém, mas porque considera que a partir do momento que se deixam ser envolvidos em inverdades nos lugares onde também estão em representação, são iguais aos demais. Como tal, não quer de forma alguma que, da parte da CDU, se sinta que está a ser conivente com uma inverdade que foi trazida àquela Assembleia.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Helena Pereira Leal, do PPD/PSD**, questionou se a Câmara efetivou uma candidatura à UNICEF no sentido de obter o Galardão da Cidade Amiga das Crianças, ou se ainda se encontra no processo de implementação do programa que depois tem em vista a obtenção do reconhecimento. -----

No caso de a Autarquia já deter o referido Galardão, quando é que aquele reconhecimento foi conferido pela entidade. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD**,

pediu que lhe fosse esclarecido como é que foram gastos sessenta e cinco mil e oitocentos euros, em viagens e estadias, no espaço de dois meses, sendo que um contrato de sessenta e seis viagens aéreas, no valor de vinte mil e oitocentos euros, foi em dezoito de abril de dois mil e dezoito, e outro contrato a vinte de junho do mesmo ano, no valor de quarenta e cinco mil euros. -----

Sendo certo que em dezanove de fevereiro de dois mil e dezoito a Câmara adquiriu trinta e duas viagens para os Bombeiros que estavam em Formação no Continente, no valor de sete mil trezentos e quarenta euros. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que disse que iria prestar esclarecimentos sobre algumas matérias e outras seriam esclarecidas por outros membros do Executivo. -----

Depois, começou por esclarecer e dar razão à **Senhora Deputada Herlanda Amado** e aos Colaboradores do Departamento de Salubridade da Autarquia, em relação à falta de fardas que aqueles utilizam, porque, para além de se tratar de um concurso internacional, por três vezes houve irregularidades no fornecimento daqueles equipamentos, com a contratação pública, com o fornecimento e o cumprimento do caderno de encargos que a Câmara solicitou para aquele tipo de equipamentos. Porém, o assunto será finalmente fechado com as propostas da empresa que se candidatou àquele concurso, no dia vinte de novembro. -

Na questão das viagens e estadia, colocada pelo **Senhor Deputado Alexandre Silva**, esclareceu que fizeram um procedimento concursal com total transparência e rigor, para as viagens e alojamento que são necessários para toda a Câmara, não só para o exemplo dado dos Bombeiros, mas também para outros Funcionários e o Executivo. -----

Foram necessárias as duas verbas mencionadas, porque as deslocações dos Bombeiros esgotaram o *plafond*. -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, com a anuência do Senhor Presidente

da Câmara, começou por dar a palavra ao **Senhor Vereador João Pedro Vieira**, que começou por responder à **Senhora Deputada Herlanda Amado**, o seguinte: “Sobre o Mercado dos Lavradores nós tivemos a oportunidade de conversar com todos os comerciantes, de outro modo seria impensável a Câmara Municipal do Funchal avançar para qualquer tipo de requalificação daquele espaço, sem antes disso conversar com os comerciantes. -----

Aliás alguns dos comerciantes das tradicionais marroquinarias, que ficam num piso superior à praça do peixe, já começaram a mudar de lugar num processo negocial conjunto, que, por exemplo, permitiu que alguns deles mudassem para lugares maiores pagando a mesma renda que pagavam anteriormente, salvaguardando dessa forma o interesse das duas partes envolvidas, por um lado dos comerciantes por outro os da Câmara Municipal do Funchal que pretende requalificar aquela zona. -----

O mesmo aconteceu relativamente às pessoas que trabalham na praça do peixe, que foram reorganizadas por comum acordo, não foi um processo fácil, foi um processo liderado quer pela nossa Técnica responsável pela Divisão de Mercados, quer por mim pessoalmente em que nalguns casos em que não existia uma aceitação na primeira instância, tive a oportunidade de lá ir várias vezes falar com os comerciantes, sensibilizá-los para isso e explicar-lhes o objetivo daquele projeto, que acredito que vem em boa hora e que permitirá requalificar a praça do peixe e a área superior envolvente, bem como a de entrada que dá acesso diretamente para aquela praça.-----

É um projeto que terá uma área de restauração no piso superior onde estavam situadas as marroquinarias e que lá continuaram situadas até haver uma efetiva implementação do mesmo, e na parte onde estão hoje os poços será instalado um núcleo museológico de toda aquela zona da praça do peixe. Alternativamente serão implementadas nas bancas, na área onde hoje já muitos peixeiros fazem a preparação do peixe, novas instalações que



permitirão que façam toda essa preparação naquela zona, eu recorde que aqueles poços são um património material extraordinário da Câmara Municipal do Funchal, que serão conservados nesse núcleo museológico, tendo em consideração até algumas recomendações do ponto de vista da higiene e saúde pública, que vimos recebendo ao longo dos últimos anos. Eu julgo que está na hora de adotarmos uma prática em grande parte dos mercados que é substituímos esse material em cantaria tradicional, por outro que tenha melhores condições de salubridade. -----

Sabemos que estas questões são sempre muito sensíveis e por isso tivemos a atenção de conversar sempre com os comerciantes antes sequer de avançarmos com o projeto, e é isso que continuaremos a fazer com todos eles com a certeza que nascerá naquele espaço, mantendo as suas características fundamentais, a parte tradicional do Mercado. Juntar-lhe também novas ferramentas de dinamização que permitirão termos um Mercado com maior dinâmica, maior atividade e julgo que beneficiaremos, não só o Município, mas acima de tudo as pessoas que lá trabalham e que no caso da praça do peixe, como certamente bem saberá, têm sido muito prejudicadas ao longo dos últimos anos com a questão das grandes superfícies, e, portanto, nós necessitamos de em conjunto com eles encontrar novas ferramentas para aquele local. -----

Relativamente ao estudo das bocas de incêndio, no dia 26 de setembro esse estudo foi enviado para as corporações de bombeiros, quer os Bombeiros Sapadores do Funchal quer os Bombeiros Voluntários Madeirenses, que já estavam envolvidos numa fase anterior desse processo, para validação final e assim que a recebermos nós disponibilizá-lo-emos como foi nosso ponto de honra e assim o mantemos. -----

O mesmo relativamente ao Estudo da Polícia Municipal que foi referido aqui ao de leve, e se há um motivo para ele não ter sido entregue é precisamente porque esses procedimentos ainda não estão todos concluídos, mas nós em boa hora teremos

oportunidade de discutir aqui também essa proposta.-----

Finalmente, apenas uma observação sobre a questão das viagens, para explicar-vos que os nossos Bombeiros, não só os recrutados como todos aqueles que participaram em concursos de promoção foram ao Continente. Estamos a falar de mais de uma centena de homens, e portanto, Senhor Deputado Alexandre Silva, se me permitir explicar todo o processo, efetivamente houve um problema que eu também, nós nisto da transparência já devem de ter percebido que não temos problemas em explicar quando as coisas correm bem e quando correm menos bem, e num dos casos o que aconteceu foi que a formação dos recrutados estava prevista para terminar dentro de um determinado prazo, partindo do pressuposto que seríamos autorizados a dar aqui na Região, uma parte da formação que acabou de ter de ser dada lá, e isso levou a que todas as viagens que tínhamos adquirido tivessem que ser novamente adquiridas para esses Bombeiros e para os nossos recrutados, daí explicar também, o facto de aparentemente existir alguma duplicação, mas dizer-lhe ainda que nesse processo, felizmente, parte da formação conseguimos assegurar-lá cá. --- E Senhor Deputado como vê, nós não temos problemas em clarificar esses pontos até porque eu tenho a certeza que essa preocupação, é uma preocupação não só de todos os funchalenses, mas também de todos os madeirenses que têm visto os nossos governantes irem a muitos sítios desse mundo fora, onde os madeirenses também estão e felizmente somos sempre bem-recebidos independentemente de lá irmos em representação da Câmara Municipal do Funchal, ou no caso do Governo Regional.” -----

--- Depois deu a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Nunes**, para esclarecer a **Senhora Deputada Helena Leal**, dizendo que “o Funchal trabalha com a UNICEF nas Cidades Amigas das Crianças, fazem parte da rede das Cidades Amigas das Crianças, continua no processo das Cidades Educadoras e está dependente da UNICEF, porque a UNICEF neste momento voltou a alterar os parâmetros para as Cidades que fazem parte



do seu programa, apesar de o Funchal ter feito tudo o que a UNICEF lhe pediu, e de ter também tudo validado por aquela entidade.” -----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, do PPD/PSD**, que fez a seguinte intervenção: “Serve a minha intervenção para comunicar a V. Exas que apesar de na última Assembleia Municipal de 21 de setembro ter sido aprovada por unanimidade a Proposta de Alteração do Acordo de Execução entre o Município e a Junta de Freguesia do Monte, no que respeita à retroatividade das transferências financeiras a 1 de janeiro do corrente ano, verifica-se que à data, o Município ainda não cumpriu com este estipulado, já que após a assinatura do acordo decorrente da referida Assembleia Municipal, apenas recebemos os seguintes valores: -----

- Dia 16 de outubro - 27 mil 339 euros e 26 cêntimos.-----

- Dia 17 de outubro - 13 mil 717 euros e 67 cêntimos.-----

Estão assim em falta 55 mil 062 euros e 84 cêntimos, para que esta Junta tenha os seus valores atualizados referentes às transferências da Câmara que lhe são devidas, tal como aconteceu com as restantes Juntas do concelho, após a assinatura dos respetivos Acordos. Este é um facto que gostaria de partilhar com a Assembleia Municipal.-----

Também quero fazer aqui um pedido da minha parte enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Monte, da parte da Paróquia do Monte e também da parte da Diocese, na pessoa do Senhor Bispo D. António Carrilho, sobre a recuperação da Capela das Babosas. Em abril deste ano a Paróquia de Nossa do Monte entregou na Câmara do Funchal o pedido para os devidos licenciamentos relativos à reconstrução da Capela de Nossa Senhora da Conceição, vulgarmente conhecida pela Capela das Babosas, entretanto foram solicitados também pela Câmara projetos de especialidade que foram entregues. Em 20 de setembro

a paróquia foi informada pela Câmara que iria solicitar parecer à Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas sobre a reconstrução da antiga Capela. No dia 24 de outubro a mesma Secretaria remeteu o seu parecer, sendo esse favorável para a reconstrução da referida Capela. -----

Assim sendo, enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Monte, da Paróquia do Monte e também da Diocese, gostaria de saber o que é que ainda falta para que da parte da Câmara possa dar a autorização definitiva ao solicitado à Paróquia do Monte no que respeita à reconstrução da Capela.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, voltou a questionar quantos comerciantes da Rua do Bom Jesus, estão isentos do pagamento de taxas. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho, do PPD/PSD**, gostaria de saber se a Câmara do Funchal vai implementar, ou se está a pensar em alguma medida para que efetivamente as Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, cheguem a todos os estudantes. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que começou por esclarecer a **Senhora Deputada Vera Coelho**, que se candidataram às Bolsas do Ensino Superior, oitocentos e vinte e quatro alunos, e que todos aqueles que se candidatarem de acordo com o regulamento vão ter Bolsa de Estudo ao Ensino Superior. Ao **Senhor Deputado João Paulo Marques** respondeu que todos os comerciantes da Rua do Bom Jesus estão isentos do pagamento de taxas. -----

Para esclarecer a **Senhora Deputada e Presidente de Junta de Freguesia do Monte**, sobre a questão das transferências de verbas e do acordo de execução, foi passada a palavra ao **Senhor Vice-presidente**, tendo este garantido que até ao final do corrente ano



irá receber todos os valores em falta. -----

Entretanto, o **Senhor Presidente da Câmara** voltou a pronunciar-se em relação à questão da Capela das Babosas, dizendo que o processo está em análise e a decorrer de forma natural e em conformidade, sem qualquer tipo de problemas e que estão a dar toda a atenção por parte dos serviços, para que o mais rápido possível seja dado despacho final ao mesmo. -----

--- Continuando os pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Deputada Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP**, que começou por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara os seus esclarecimentos relativamente à Associação ACA, contudo gostaria de lhe fossem esclarecidas as seguintes questões: ----

- Porque é que a Câmara não assumiu diretamente a resolução do problema dos sem abrigo? -----

- Porque é que delegam em terceiros uma responsabilidade que é da Câmara? -----

Uma vez que aquela Associação foi criada em Lisboa, as pessoas contratadas são da Região? -----

- Se o apartamento já está alugado, quantas pessoas é que lá estão e em que condições é que essas pessoas vão para lá. -----

- Se a Associação está a enviar o relatório mensalmente à Câmara sobre a sua atividade, como está acordado no contrato, e se era possível os Deputados daquela Casa terem acesso ao relatório do mês de outubro. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que começou por responder e agradecer também à **Senhora Deputada Raquel Coelho**, por mais uma oportunidade de esclarecer aquele trabalho fundamental feito pela Câmara, em cooperação e rede com outras Associações. -----

Assim, disse que a Câmara não assumiu diretamente a resolução do problema dos sem

abrigo, porque não tem dentro da sua estrutura conhecimento e recursos humanos para poderem exercer aquele trabalho, que é muito específico, pois envolve, não só conhecimento, mas um trabalho de vinte e quatro horas, e que se efetua na grande maioria das vezes pela noite dentro, por ser essa a hora em que conseguem contactar com os sem abrigo. -----

Sobre a questão da habitação, informou que é uma transição fundamental por isso há um regulamento em que o apoio ao associativismo é feito, é transparente, é aprovado na reunião de Câmara, é estabelecido um contrato e há a monitorização desse contrato, e que também têm todos os relatórios que podem ser disponibilizados. -----

Também informou que a ACA tem uma delegação no Funchal, mas não fazem uma seleção se as pessoas são da Região ou não, embora os Técnicos que ali estão são Madeirenses, contudo não é esse o fator que vai diferenciar no sentido positivo ou negativo o trabalho desempenhado. -----

- INTERVENÇÃO: -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Cristiana Martins de Sousa, do GMC,** interveio dizendo: “Só uma questão dos sem abrigo e também dar uma palavra de elogio aos voluntários que trabalham no terreno todos os dias, e que todos nós podemos ser enquanto comunidade, e por vezes esquecemos, passamos ao lado e nem sequer um bom dia lhes damos. -----

Eu trazia uma palavra de elogio a uma Semana da Igualdade de Género que foi promovida por esta Câmara, no passado mês de outubro, e que teve vários eventos com os seus parceiros como: uma exposição, os trabalhos premiados do prémio Maria Aurora, uma palestra no dia 26 de outubro sobre a Violência Sexual nos Tribunais, trazida pela Doutora Isabel Ventura, e queria também aqui realçar a importância a aposta na capacitação de formadoras e formadores na igualdade de género, em que eu penso que esta Câmara é



pioneira na Região da Madeira. -----

Também relembro que por vezes falamos muito teoricamente da Igualdade de Género, mas não me recordo de algum Município desta Região ter celebrado uma semana, lembrando e trazendo este assunto para o terreno. -----

Eu convido todos os Deputados e todas as pessoas que queiram fazer este caminho connosco, porque eu acho que por vezes não chega só a retórica das palavras, temos que nos envolver todos enquanto comunidade e dar cada um de nós o seu melhor para esta situação.” -----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD**, questionou que face à má experiência das obras na Rua do Bom Jesus, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara referisse quantas árvores de grande porte estão previstas ser cortadas na obra da Rua Dr. Fernão de Ornelas, e porquê. -----

- **INTERVENÇÕES:** -----

--- Por esta ocasião o **Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, Segundo Secretário da Mesa, da Coligação Nova Mudança (MPT)**, foi substituído pela Senhora Deputada Municipal Patrícia Brazão de Castro, para poder intervir, e voltando a referir-se aos apoios sociais, disse que embora o Senhor Presidente da Câmara fale em transparências, existem muitas dúvidas, porque os próprios Regulamentos assim o permitem, porque legitimar o apoio a famílias, cujo rendimento por agregado pode ultrapassar e bem os dois mil euros/mês, no seu entender é imoral. -----

Depois, referiu que continuam a “despachar” pessoas consideradas incómodas que exercem funções no Serviço Social daquele Autarquia, pois assim o fizeram a uma funcionária, talvez por ser eficiente a mais, por produzir trabalho a mais que acumulavam nos gabinetes, porque aquela dizia que da sua parte a tarefa já estava concluída, e que o resto teria de ser da parte da Senhora Vereadora. -----

Depois referiu-se à transparência do Programa PRESERVA, porque aquele, entre a meia dúzia de casos aprovados, teve um caso concreto de quase cinco mil euros atribuídos, apesar de haver três pareceres técnicos daquela Casa contra aquele apoio, então para que se pedem pareceres aos Técnicos quando não os respeitam. Por isso, é que lhe suscitam dúvidas em relação à transparência em que o Senhor Presidente persiste em falar.-----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP** afirmou que gostaria de saber se já houve alguma evolução relativamente à Proposta de Resolução que solicitava à Câmara Municipal, em colaboração com o Governo Regional, a adoção de medidas no sentido de minimizar os constrangimentos relacionados com a pouca oferta de estacionamento nas imediações do Jardim Botânico da Madeira – Engenheiro Rui Vieira, aprovada na Sessão Ordinária daquela Assembleia, do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que, antes de prestar os esclarecimentos aos intervenientes, disse que folgou com as palavras da **Senhora Deputada Cristiana Sousa** daquilo que tem sido um caminho para a igualdade e para caminharem juntos. E também registou o convite que ela ali fez, para todos poderem participar naquela iniciativa. -----

Depois, dirigindo-se ao **Senhor Deputado Alexandre Silva**, disse que a questão das árvores da Rua do Bom Jesus se fez necessária por uma questão de segurança, como ali já foi referido por diversas vezes, por isso não iria a voltar a repetir-se. No que diz respeito às árvores da Rua Dr. Fernão de Ornelas, para além de lá não existirem árvores de grande porte, não está prevista qualquer retirada nem abate de árvores naquela obra que se irá realizar. -----

Ao **Senhor Deputado Municipal Roberto Vieira**, começou por dizer que “quando fala em



transparência fá-lo de forma convicta, porque sabe como é que as coisas funcionavam no passado, por isso a opção daquele Executivo pode ser criticável, ou não, sobre os critérios estabelecidos nos respetivos Regulamentos, poderão ter falhas na análise dos próprios serviços, mas têm tido a preocupação de incluir nos mesmos a classe média, porque habitualmente aquela classe, infelizmente, é um pouco a roçar o pobre, devido principalmente aos anos de *troika* e de crise que provocaram o empobrecimento da população, por isso procuram também chegar a essas famílias que não são ricas. -----

Sobre o caso concreto do apoio dos cinco mil euros, disse não poder falar sobre isso porque, para além de não ser ético, não tem conhecimento do mesmo, por isso a finalidade dos programas foi também evitar que sejam cúmplices da dependência e da chantagem política, de construções ilegais com riscos para a vida das próprias pessoas, como já aconteceu no passado. Como tal, querem que o apoio seja dado, mas de uma forma legal e que a construção que é realizada possa ter todas as condições dignas e de segurança para essa população.” -----

Para responder ao **Senhor Deputado Orlando Fernandes**, o Senhor Presidente deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Martins**, que disse já ter pedido a informação aos serviços e que logo que tenha uma resposta, terá todo o gosto em transmiti-la.-----

--- Continuando os pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, que colocou as seguintes questões: -----

- “Em dois mil e quatro numa peça jornalística, onde fizeram uma intervenção política e falaram sobre o Arrendamento Jovem a preços controlados, citaram: *criamos uma reabilitação urbana em cujos benefícios fiscais já levaram à reabilitação de 70 edifícios*. Questionou quais foram esses setenta edifícios enunciados sobre o arrendamento jovem, e onde está a reabilitação urbana no concelho do Funchal?-----

- Focaram também que em quinze anos o investimento previsto iria estar em cerca de setenta milhões de euros, dos quais cinquenta e seis milhões de euros eram do setor público e quinze milhões do setor privado. Onde é que está esse investimento público? ---

- O CDS-PP no dia sete de maio de dois mil e dezoito requereu ao Senhor Presidente da Câmara, a questão do parecer sobre a implementação de uma taxa turística que o Município do Funchal pretenderá para dois mil e dezanove, no estatuto os serviços devem de responder durante 10 dias essa mesma informação. Por já terem passado cerca de seis meses, quando é que aquele Grupo Municipal do CDS irá ter essa resposta, relativamente ao parecer?” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Montes, do PPD/PSD**, pediu que seja clarificado se de facto vão receber no corrente mês de novembro, ou se só vão receber em dezembro as transferências mencionadas anteriormente, uma vez que não foi transferida em outubro, depois da assinatura do acordo, a totalidade dos valores que estavam em falta.-----

- **INTERVENÇÃO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, fez o seguinte reparo: “Eu não consigo compreender a desconfiança da Senhora Deputada Raquel Coelho em relação ao apoio social que é dado pela ACA, eu conheço a ACA, e há 18 anos que acompanho instituições que trabalham junto dos sem abrigo, por isso acho que a ACA faz todo o sentido de existir. Não conhece o seu trabalho quem não sai de casa nem anda pelas ruas do Funchal a partir das 19 horas, para além de que está disponibilizado no seu *site* todo o trabalho que é realizado, não só no Funchal, como em várias outras cidades do País.-----

Entristece-me ainda mais, quase que se discutir a naturalidade das pessoas que estão à frente dos projetos, se são madeirenses ou se são continentais, e ainda mais chamar de



salaios por trazerem para cá projetos que fazem todo o sentido, quando aqueles que existem no terreno não dão resposta a todos os problemas, porque há muitos sem abrigo que não querem dirigir-se a uma instituição para consultar um Psicólogo. -----

Existindo um cacifo, o Psicólogo e toda a Equipa que faz o trabalho de rua, dirige-se à pessoa que precisa de ajuda e que muitas das vezes não consegue perceber da ajuda que necessita.-----

Portanto, queria só deixar ficar este reparo e agradecer o trabalho que o Dr. Duarte Paiva tem feito também pela nossa cidade do Funchal e pelos nossos sem abrigo.” -----

--- Continuando os pedidos de esclarecimento o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Alexandre Miguel Carvalho da Silva, do PPD/PSD**, que insistiu na pergunta sobre o corte de árvores na Rua Dr. Fernão de Ornelas, porque no orçamento que foi aprovado, no ponto 1.2 diz o seguinte: *execução de remoção de árvores de grande porte, existentes na Rua Dr. Fernão de Ornelas identificadas em desenho, incluindo o total desenraizamento*. E no ponto 4.74 diz: *fornecimento e plantação de 5 árvores de fogo*.-----

Por isso gostava de ver devidamente esclarecida aquela questão.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, colocou as seguintes perguntas:-----

- Uma vez que a asfaltagem do Caminho dos Três Paus, parou junto ao bar ali existente, para quando a sua conclusão?-----

- Para quando a construção dos muros da Levada do Pico do Cardo e do Caminho do Jamboto?-----

- É possível já dar nota de alguns desenvolvimentos sobre o muro de uma moradia identificada em Santa Luzia, uma vez que o Senhor Vereador Bruno Martins numa anterior Sessão da Assembleia Municipal, tinha dito que os proprietários da referida moradia já

tinham sido várias vezes notificados, e o muro se encontrar exatamente na mesma situação? -----

- **INTERVENÇÃO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** interveio porque: “Quero deixar aqui apenas uma nota sobre a intervenção da Senhora Deputada do CDS que tenho muito a lamentar o teor das suas afirmações, pelo tom quase recriminador com que lançou à minha legítima ação fiscalizadora enquanto deputada municipal eleita pela população do Funchal. -----

Folgo saber que a Senhora Deputada conhece o trabalho daquela Associação, ainda bem que dá a cara pelo bom trabalho da mesma, mas nem todos conhecem. E é minha obrigação legítima, quando consulto o *site* dos contratos públicos por parte da Câmara Municipal do Funchal, e vejo lá 100 mil euros para uma Associação, perguntar para que efeito e como é que irá ser utilizado aquele dinheiro, porque no final de contas são mais de 8 mil euros por mês. Se essa Associação tivesse um trabalho voluntário, aí muito bem, meus senhores, não tinha nada a dizer, mas essa Associação está a ser financiada pela Câmara Municipal do Funchal e por isso mesmo estão sujeitos ao escrutínio dos Deputados desta Casa, portanto tenho a lamentar a sua postura de defesa de algo que não faz sentido para alguém que também foi eleita pela população do Funchal, para fiscalizar o trabalho da Câmara e os contratos que são feitos em nome da população.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP,** replicou que não usou a palavra *fiscalização* nem colocou isso em causa, porque sabe muito bem qual é o dever dos Deputados daquela Casa. Apenas se referiu à desconfiança com que abordava o trabalho feito pela Associação e lamento não se ter feito entender.---

- **DEFESA DA HONRA:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,**



defendeu que: “Senhora Deputada se o CDS quer ter uma postura de “bengala” do Executivo da Câmara Municipal do Funchal, passar a “mão pelo pêlo” do Partido Socialista nada tenho a opor, é uma posição política legítima do CDS, agora o PTP quer fazer o seu trabalho de fiscalização. Permite-me Senhora Deputada?” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:-----

- Ao **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta**, sobre a reabilitação urbana que aquele reportou, clarificou que são reabilitações privadas realizadas com incentivos dados pela Câmara Municipal do Funchal. A outra componente dos quinze anos e dos cinquenta milhões são não só os edifícios que referiu anteriormente que estão em avaliação para aquisição, mas também as próprias intervenções urbanísticas, como a da Rua do Bom Jesus, da Rua Dr. Fernão de Ornelas, da Praça do Município, que estão integradas no Programa da Operação de Reabilitação Urbana. -----

Sobre a questão da taxa turística, não lhe pode dar uma informação porque a moldura dessa mesma taxa ainda está a ser definida, portanto qualquer parecer só poderá ser dado depois da proposta de regulamentação estar encerrada.-----

- Ao **Senhor Deputado Alexandre Silva**, disse que para lhe poder responder terá de lhe perguntar de onde retirou aquela informação. -----

Quanto às questões da **Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Monte e da Senhora Deputada Herlanda Amado**, deixou a palavra ao **Senhor Vice-presidente**, começando este por reiterar à **Senhora Deputada Idalina Silva** que todas as Juntas de Freguesia irão receber o que consta nos Contratos Interadministrativos até ao final do corrente ano, ao abrigo do Orçamento que aquela votou contra.-----

Respondendo às questões que foram levantadas pela **Senhora Deputada Herlanda Amado**, em relação ao Caminho dos Três Paus, disse que a repavimentação só está

prevista até onde o autocarro tem o seu término, por isso não está prevista a continuação da repavimentação.-----

Em relação ao muro da Levada do Pico do Cardo que colapsou no âmbito de uma intervenção feita por uma empresa que lá está a obrar, ela foi notificada, conforme assumido para com a população que esteve na última reunião pública da Câmara. Perante a resposta da Câmara de que não pretendia reconstruir o muro, a Fiscalização Municipal foi ao local, fez um levantamento exaustivo dos riscos que ali existiam, e enviou um ofício à Empresa, responsabilizando-a por qualquer eventualidade que ali ocorresse. Depois dessa diligência, a Empresa aceitou reconstruir o muro. -----

Sobre o muro do Caminho do Jamboto, disse que o proprietário já foi notificado várias vezes para regularizar aquela situação, no entanto por parecer não existir entendimento entre os herdeiros, a Câmara promoverá a desmontagem daquele muro, salvaguardando a eventualidade de ele colapsar e, porque aquilo que é a competência do Município, é unicamente, naquele caso, a salvaguarda de quaisquer situações de risco, o proprietário é que terá depois de acautelar o limite da sua propriedade.-----

--- Por esta ocasião, o **Senhor Deputado Municipal e Segundo Secretário da Mesa, Roberto Paulo Ferreira Vieira** foi substituído pela Senhora Deputada Ana Patrícia Correia Brazão de Castro.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente**, para apresentar o **Ponto três - 3ª Revisão Orçamental do Ano Económico de 2018, ao abrigo da al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013 de 12/09**, que transmitiu: “Aquilo que nós estamos a propor com esta 3ª revisão ao Orçamento para o ano económico de 2018, é retirar o empréstimo de curto prazo, ou seja, os 3 milhões de euros que todos os anos contratamos para fazer face a necessidades de tesouraria, que este ano voltou a não ser utilizado, e retirar também o montante do



empréstimo de médio e longo prazo que foi contratado para 10 milhões de euros, no montante de 3,5 milhões de euros com as correspondentes reduções naquilo que são o Plano Plurianual de Investimentos que este empréstimo visava financiar, sabendo também que nesta Assembleia iremos votar um empréstimo de 7,5 milhões de euros para voltar a colocar a nível do orçamento os montantes e fazer as obras que faltariam.”-----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Carlos Martins Tem-Tem, do PPD/PSD, disse:**

“Aproveito esta oportunidade para me pronunciar sobre a 3ª revisão do orçamento do ano económico de 2018. Fico um pouco perplexo com esta revisão porque de um momento para o outro a Câmara muda de ideias e deixa de poder contar com 6 milhões e 500 mil euros, e de repente é forçada a dois meses do fim do ano económico, a efetuar modificações orçamentais da despesa em rubricas de extrema importância em prol da população. -----

Das 22 modificações da despesa deixo aqui alguns exemplos de uma gestão financeira sem rumo. -----

Na rubrica Parques e Jardins houve uma diminuição de 51 mil euros que corresponde a 24% da dotação anterior. -----

Na rubrica captação e distribuição da água houve uma diminuição de 701 mil euros, que corresponde a 30% da dotação anterior. -----

Por último, na rubrica instalações desportivas e recreativas houve uma diminuição de 149 mil euros, que corresponde a 46% da dotação anterior. -----

Estas mexidas nas 22 rubricas têm reflexo no quotidiano das pessoas que vivem e trabalham no concelho do Funchal. -----

Senhor Presidente, isto é uma falta de respeito com a população e sabe perfeitamente que a cidade do Funchal se encontra num estado caótico, nunca visto nos últimos anos. -----

Cidade suja, cidade fantasma e incapaz de fixar pessoas, sinalética e marcas no pavimento num estado lamentável, um desgoverno no trânsito, falta de planeamento no fecho de estradas e estreitamento de vias, rede de água degradada, jardins e parques em mau estado de conservação, carros abandonados, sistema de drenagem de águas residuais há espera de melhores dias, asfalto em péssimo estado em todo o concelho do Funchal. -----

Senhor Presidente da Câmara isto mostra uma falta de planeamento, visão e estratégia dentro da Câmara. -----

Esta decisão de não executar os 6 milhões e 500 mil euros e corte nas rubricas da despesa, é um ato de desespero e empurrar para a frente. Nunca esquecer que o dinheiro faz sempre falta. -----

Aproveito para colocar duas questões:-----

Primeiro - o porquê desta operação a dois meses do ano económico de 2018?-----

Segundo - o porquê de não cortar em rubricas da publicidade, seminários, estudos, pareceres e viagens, em vez de mexer com as rubricas das áreas de investimento, edifícios, construções diversas, matéria de transporte e bens do domínio público?" -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** transmitiu o seguinte: "Relativamente a esta proposta que nos é trazida hoje de revisão orçamental, isto é uma semelhança de anos anteriores, já o ano passado tivemos exatamente a mesma coisa relativamente aos 3 milhões de euros. -----

Relativamente ao diferencial que há no outro empréstimo de 3 milhões 469 mil euros, também é uma situação que normalmente teve sempre de se corrigir e são operações normais de final do ano. -----

Relativamente aos cortes, aí eu já estou em desacordo com o Deputado Municipal do PSD, porque só se pode cortar naquilo que não se fez. -----

No entanto, realço aqui, no mapa da modificação das despesas plurianuais, que a diferença

entre a dotação acumulada e a dotação corrigida não corresponde ao valor total da modificação orçamental, ou seja, nós temos uma modificação orçamental de 6 milhões e 469 mil euros e depois no mapa só temos a diferença entre a dotação anual, e a dotação corrigida representa só os 3 milhões 469 mil euros.-----

A minha questão é: onde é que estão os outros 3 milhões de euros? Eu penso que esta situação já se tinha levantado o ano passado.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** pediu que fosse esclarecido o porquê da não utilização dos três milhões e meio de euros, tendo em conta que a contração daquele empréstimo tinha como objetivo a habitação social, a renovação de infraestruturas e o cofinanciamento aos projetos comunitários.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente**, que aclarou: “Respondendo à **Senhora Deputada Herlanda Amado** que acaba por se entroncar na dúvida que foi também levantada pelo **Senhor Deputado Orlando Fernandes**, os 3 milhões de euros efetivamente são retirados e não aparecem no PPI, porque são despesa que teria que ser feita até ao fim do ano, dado que estes 3 milhões de euros têm que ser pagos sempre até ao fim do exercício. Ou seja, tem uma correspondência na dotação do orçamento da receita como empréstimos de curto prazo, e no orçamento da despesa também como empréstimos de curto prazo, daí não entrar nos mapas do plano plurianual, porque é uma receita cuja despesa tem que ficar paga sempre até ao fim do ano. Nós não podemos transitar de um exercício para o outro com este empréstimo em aberto, tem sempre de ser pago, por isso, e como referiu e bem, só aparecem os 3 milhões 469 mil euros no PPI, que são as tais alterações orçamentais para poder retirá-lo da receita e retirá-lo também da despesa que são estas despesas.-----

O porquê de termos retirado é porque os empréstimos máximos para o Município, são

empréstimos de uma maturidade de 20 anos e cujo período de carência são no máximo 24 meses, ou seja, se nós não o utilizarmos nos primeiros 24 meses após o visto do Tribunal de Contas, já não temos essa possibilidade de utilizar. Não é a primeira vez tão pouco que ocorre uma situação deste tipo nesta Casa, já aconteceu o empréstimo de 6 milhões de euros só ser usado pela metade, sendo que os outros 3 milhões de euros não foram usados, não é uma questão de que não haja necessidade, é mesmo uma questão de possibilidade legal. Então faz-se novo empréstimo para financiar as obras que não conseguiram atempadamente ser financiadas pelo primeiro, e é isso que vamos votar no Ponto doze desta ordem de trabalhos, a substituição do empréstimo que agora retiramos, por outro empréstimo de 7,5 milhões de euros a uma taxa de juro de 2,19%, muito melhor do que este que aqui retiramos.-----

Portanto acaba por ser uma decorrência natural da condição de ter extinguido o período de carência. É preciso também que se perceba que o pedido de empréstimo tem um conjunto de obras indexado como a Senhora Deputada Herlanda referiu.-----

O Senhor Deputado Rui Tem-Tem diz que ficou surpreendido pela diminuição de 6 milhões de euros, não é para ter ficado surpreendido porque como foi referido pelos dois Deputados que se sucederam à sua intervenção, referiram que isto já foi feito o ano passado, portanto se ficou surpreendido é porque esteve desatento ao que esteve a votar no ano passado, em que já fizemos também a retirada desse empréstimo de 3 milhões de euros.-----

Depois pintou um cenário da cidade que isto parecia *Sodoma e Gomorra*, parecia uma coisa completamente apocalíptica, mas se calhar não está tão mau como o Senhor Deputado a pintou nem estará tão boa como a intervenção da **Senhora Deputada Raquel Coelho**, de qualquer das formas referiu uma gestão financeira sem rumo, que é algo que acho só num exercício de revisionismo histórico, numa Câmara que teve uma dívida recorde de 113



milhões de euros e agora vai nos 46 milhões de euros, é que se pode falar que estamos numa gestão financeira sem rumo, aliás quando nós estamos a pagar dívida consolidada o rumo está bem estabelecido e no caminho certo, ao contrário do abrigo de pertenças legalidades se contraíam dívidas não pagando a fornecedores, que eu saiba não há forma legal de não pagar a fornecedores. -----

Portanto, aquilo que vocês fizeram quando estavam à frente dos destinos desta Câmara era uma gestão financeira sem rumo, que levou a vários resgates e que levou a vários planos de pagamento, isso sim foi uma falta de respeito pelos funchalenses e foi também, se a maior parte dos Presidentes de Junta dessa altura não cá estão, mas saberão que desses resgates também foi pedido dinheiro para pagar os Acordos de Cooperação Técnica e Financeira com as Juntas de Freguesia que estavam em atraso. Que eu saiba neste momento, e desde que estamos à frente desta Câmara, não há qualquer valor em dívida para com as Juntas de Freguesia. -----

Portanto, Senhores Deputados. em termos de gestão financeira, terão com certeza muitos defeitos para apontar a esta Câmara, mas não será com certeza a gestão financeira de má memória que V. Exas deixaram nos registos desta Câmara.” -----

--- Continuando os pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP:**

“Em termos de revisões orçamentais já há uma diminuição porque o ano passado fizemos cinco revisões orçamentais, e este ano só iremos fazer três revisões orçamentais referentes ao orçamento, portanto em relação a esta matéria estamos a diminuir. -----

No entanto, Senhor Vice-presidente, o ano passado colocou na área da receita a questão, para colmatar aquela situação que nós já falámos do ponto de vista político, do IRS que o Governo Regional não transfere para a Câmara Municipal do Funchal. Eu não vejo aqui nesta revisão orçamental essa verba que constava, por exemplo, no mapa que o ano

passado trouxe à Assembleia Municipal, gostaria de saber o porquê de não constar nesta revisão orçamental estes 5 milhões de euros que afetam as receitas correntes da Câmara Municipal do Funchal.-----

E o CDS está solidário com a cidade do Funchal, porque se o Tribunal já decidiu que o Governo Regional terá que fazer essa mesma transferência e politicamente esse assunto está arrumado, agora do ponto de vista orçamental porque é que não está inserido na revisão orçamental.-----

Outra questão que gostaria de evocar e focar é a questão da diminuição da captação e distribuição da água, que para nós é um assunto fundamental e crucial no concelho do Funchal. Estas obras são necessárias e há uma diminuição no mapa que apresentou na modificação orçamental, na tal situação relacionada com os tais 3,5 milhões de euros para o investimento em determinadas obras e há uma diminuição de 701 mil euros. Isto é preocupante porque todos os dias passo em algumas zonas da cidade do Funchal, nomeadamente nas zonas altas, e por exemplo, o Caminho Velho da Chamorra onde tem um parque industrial, há perdas de água que de alguma forma têm que ser contabilizadas. O Senhor Vice-presidente acha que de facto esta diminuição não irá reverter de uma forma negativa do ponto de vista orçamental e de execução da eficácia das mesmas. -----

Já colocámos essa preocupação na vereação e agora estamos a colocá-la aqui no sítio certo, que é a Assembleia Municipal.-----

Relativamente à rubrica da recolha de resíduos, também é uma preocupação para nós existir uma diminuição orçamental referente a essa rubrica, porque nós sabemos que o lixo e a recolha de resíduos no Funchal em algumas áreas está a falhar, e achamos que deveríamos aumentar e reforçar essa recolha de resíduos na cidade do Funchal, e a população é que transmite e dá-nos esse imputo sobre estas situações relacionadas com a recolha seletiva de lixo, por isso não acha que estes dois pontos que estou a enunciar,



além da questão da receita são pertinentes?” -----

- **INTERVENÇÃO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, interveio dizendo: “Depois de ouvir a intervenção do Senhor Deputado Rui Tem-Tem, este vem mais uma vez clarificar os modos diferentes de fazer política do passado e de agora, porque o Senhor Deputado referiu porque é que não foram retiradas determinadas despesas correntes relativamente ao empréstimo. -----

Os empréstimos são feitos para despesas de investimento e é assim que devem ser feitas as coisas. Quando se questiona porque é que não se retiram despesas correntes de um empréstimo, isso só reflete que é o que era feito no passado e por isso é que esta Autarquia atingiu a dívida astronómica que todos nós conhecemos. -----

Depois quando fala numa gestão financeira sem rumo, eu vou ler-lhe uns números que acho interessantes relativamente ao empréstimo de curto prazo, que pelos vistos também não percebia qual era o princípio dele para questionar o porquê da retirada deste valor: para o ano de 2014 esse empréstimo foi negociado uma taxa de 3,5%, em 2015 essa taxa baixou para 1,27%, em 2016 para 0,94%, em 2017 e 2018 baixou para 0,63% e a previsão para 2019 é de 0,44%.-----

Portanto baixamos de uma taxa inicial de 3,5% para 0,44%, se isto é uma gestão financeira sem rumo que venham mais.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente**, para prestar os seguintes esclarecimentos: “**Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** não há qualquer anátema em relação ao número de revisões orçamentais, tivéssemos nós mais revisões orçamentais, significando isso o aumento de receitas para a Câmara que seria de todo positivo, mas permita-me discordar de uma observação que fez: *...politicamente o assunto dos 5 milhões de euros está*

arrumado. Peço desculpa, mas não está arrumado politicamente, esse assunto hoje em dia está só na esfera política, porque o enquadramento judicial ou legal para o Governo pagar o que está a dever à Câmara do Funchal, e eu penso que nós vamos pagar ao Monte ainda antes de o Governo nos pagar os 5 milhões de euros que nos deve, agora pergunto eu também a quem de direito, e se podem mover os vossos bons ofícios, se até ao final deste ano vamos receber os 5 milhões de euros de IRS, que não foi inscrito neste orçamento. -- E a sua questão, apesar de pertinente, porque é que não retiramos os 56 milhões de euros, é porque não foi inscrito no orçamento, porque este ano, 2018, o PSD dizia sempre que votava contra o orçamento e nós tomamos a decisão de não inscrever os 5 milhões de euros no orçamento, para retirar esse argumento ao PSD para votar contra. Mas não houve qualquer tipo de alteração, continuaram a votar contra porque é isso que o PSD tem feito desde 2013 nesta cidade, que é ser do contra.-----

Em relação à diminuição de algumas rubricas, nomeadamente nas redes de água e nos resíduos sólidos, o Deputado Duarte Caldeira referiu também que este empréstimo serve para financiar despesas de capital e que estas são nos montantes ou nas rubricas que foram permitidas no empréstimo, portanto estas rubricas tiveram que ser retiradas porque as obras que estavam previstas no empréstimo não irão ser lançadas nos 45 dias que faltam deste exercício. Portanto serão lançadas no início do próximo ano já com outro empréstimo que será votado na próxima semana. -----

O Senhor Deputado Duarte Caldeira não fez nenhuma questão, referiu muito bem a forma mais evidente de credibilização de uma instituição, como sabem as Câmaras não têm, normalmente *ratings* das agências internacionais, mas conseguimos saber se temos bom ou mau crédito pelas taxas de juro que estão indexadas sempre que pedimos algum empréstimo. E o senhor deputado Duarte Caldeira acabou por fazer a demonstração cabal de que a Câmara tem conseguido taxas de juro cada vez melhores, o que significa que

recuperamos uma credibilização que estava perdida e que agora podemos olhar para o futuro com novos auspícios, claro que ouvimos aqui de alguns lados que parece que é o Governo Regional a levar o motor da economia 63 meses seguidos, parece que o Governo Regional é que arrasta a Europa atrás de si, mas a verdade é que é esta Câmara que tem conseguido taxas de juro excecionais a todos os níveis, enquanto o Governo Regional predispõe-se a pagar 15 milhões de euros para fazerem *hold shows* para poderem emprestar-lhes dinheiro, portanto cá está: as evidências mais uma vez ultrapassam aquelas que são as *fake news*.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP**, mostrou-se surpreendido com os pedidos de esclarecimento do Deputado Gonçalo Pimenta sobre a questão do IRS não devolvido pela Região, porque aquando do orçamento para 2018, já tinha sido esclarecido que esse montante não entraria. -----

No entanto sobre aquela situação, questionou em que ponto se encontra o litígio judicial entre as Câmaras, porque não é só com a Câmara do Funchal, e o Governo Regional, e se aquela verba relativamente ao exercício de 2019 continuará a não entrar, tal como fizeram no exercício de 2018. -----

--- **O Senhor Vice-presidente** esclareceu que, tal como sucedeu no exercício de 2018, o mesmo se passará para o exercício de 2019.-----

Sobre o litígio judicial, informou que o que sabe é que pelo menos a fase instrutória retirou do processo o Ministério das Finanças, e que no momento se encontra no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, mantendo-se agora só o litígio entre as cinco Câmaras.

--- De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto três - 3ª Revisão Orçamental do Ano Económico de 2018, ao abrigo da al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013 de 12/09** à votação, sendo **aprovado por maioria** com vinte e dois votos a favor, sendo dezoito votos do GMC, três votos do CDS-PP, um voto do JPP, dois votos contra,

sendo um voto do PCP/PEV-CDU, um voto da Coligação Nova Mudança (MPT) e dezasseis abstenções sendo quinze do PPD/PSD e uma do PTP. -----

--- Sendo dezoito horas e dezasseis minutos, e ainda havendo assuntos da ordem do dia a apreciar e votar, o Senhor Presidente da Assembleia anunciou que aquela sessão continuará no próximo dia vinte e um de novembro, com início às catorze horas e trinta minutos.-----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos.-----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada.-----

--- O Presidente da Assembleia, -----

--- A Primeira Secretária, -----

--- O Segundo Secretário, -----

--- Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão, -----

